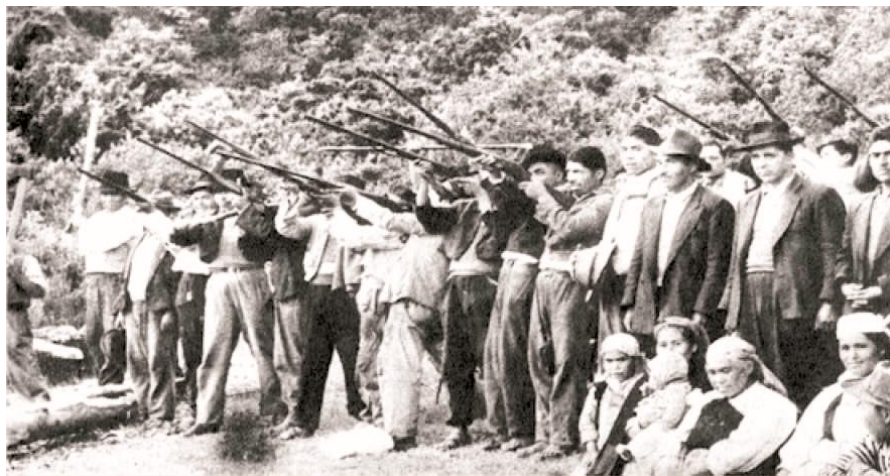
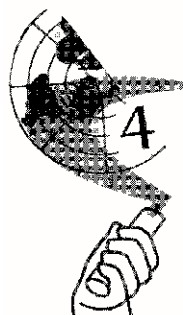


Chile: o campesinato e as mudanças na estrutura agrária desde a UP



**O movimento camponês e a unidade Popular (UP)
A contrarrevolução pinochetista
O campesinato sob a democracia burguesa compactuada**

**Partido
Operário
Revolucionário**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Índice

Apresentação	03
Capitulo I	
O movimento camponês e a Unidade Popular (UP)	12
Capitulo II	
A contrarrevolução pinochetista.....	32
Capitulo III	
Da ditadura fascista à democracia compactuada.....	49

Chile: o campesinato e as mudanças na estrutura agrária desde a UP

Apresentação

Este estudo abrange o governo da Unidade Popular, a contrarrevolução fascista e suas projeções na atualidade. Trata-se de uma contribuição ao Comitê Organizador do Partido Operário Revolucionário chileno, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Seguramente, é um estudo inacabado e sujeito a críticas e aperfeiçoamentos. Certamente, pretendemos ajudar a fazer um balanço crítico da experiência chilena, tão rica em lições para a classe operária mundial. E enriquecer também a publicação recente do Boletim Internacional do CERQUI sobre os 40 anos do golpe contrarrevolucionário de Pinochet.

É necessário desenvolver ainda nessa nota introdutória certos aspectos históricos que, apesar de estarem contidos nos textos, precisam ser explicados com mais detalhes. Trataremos das particularidades da estrutura agrária perante a qual o governo da Unidade Popular respondeu com sua Reforma Agrária. E destacar um aspecto pouco desenvolvido, mas que configura uma particularidade distintiva do processo revolucionário chileno: o papel e o lugar que ocupa a nacionalidade índia Mapuche.

Sobre a burguesia agrária e os latifundiários

Os latifundiários constituíam a coluna vertebral do Estado chileno em princípios do século XX. Constituídos como classe dominante desde a formação da República, estavam fundidos em seus interesses com o imperialismo. Os monopólios imperialistas controlavam a produção mineira, fonte de extraordinários lucros. A oligarquia latifundiária se apropriava de uma parcela desse lucro por meio do Estado e lhe proporcionava recursos extraordinários em impostos e tarifas aduaneiras. Recursos que permitiam sustentar a máquina burocrática civil e militar destinada a disciplinar o campesinato e o proletariado. A interrelação entre latifundiários e monopólios tinha assim por objetivo sustentar o regime que beneficiava ambas frações de classe. A burguesia agroindustrial, em gestação e formação embrionária, não passava ainda de um subproduto do domínio latifundiário no início dos anos 60.

Em meados dos anos 70, inicia-se uma rápida penetração de capitais estrangeiros no campo chileno, financiados a partir do exterior e com reservas de mercado garantidos no mercado norte-americano e mundial. A produção agrícola mecanizada crescerá aceleradamente e levará a um choque agudo com o proletariado agrícola, de um lado, e com os camponeses e Mapuches, de outro.

Por trás da ampliação e extensão da agroindústria, estava o capital financeiro. Esta tendência já despontava no início dos anos 70. Ao preservar a produção capitalista agrária, consideradas como “modelos”, Allende a fortaleceu. Posteriormente, sob o governo militar, os monopólios industriais ligados à agroindústria (químicos, sementes, adubos, etc.) ampliaram sua presença e empurraram o país a fortalecer seu papel de produtor de produtos exportáveis.

Surgindo como um subproduto da dominação imperialista, resultado da diversificação dos excedentes realizados na mineração e nas finanças, a burguesia agroindustrial viu crescer seu poderio e influência. Cada vez mais, os latifundiários também se dedicaram a capitalizar parte de sua renda em investimentos na produção agrícola, tornan-

do-se sócios e parte interessada na estruturação agrícola baseada na exploração intensiva dos recursos naturais e na produção mecanizada em grande escala.

A burguesia agroindustrial começa, assim, a se configurar como classe dominante no campo já sob o governo Allende. Conviviam a produção capitalista mecanizada e a produção camponesa de subsistência. Relação que se sobrepunha à relação histórica dos arrendatários e camponeses minifundiários com os latifundiários. A realidade demonstrava que não existia diferenciação antagônica de classe entre os latifundiários e a nascente burguesia agroindustrial. Se bem que as relações entre ambas as frações de classe se modificavam e tinham seu reflexo na própria estrutura do Estado, ambas coincidiam na espoliação dos camponeses e dos Mapuches de suas terras e em controlar o proletariado.

Por isso, esse bloco era ainda mais sólido quando se tratava de enfrentar a reforma agrária proposta pela Unidade Popular (UP). O que demonstrava que as classes proprietárias superavam seus choques episódicos quando se tratava de esmagar seus inimigos de classe. Basta ver os próprios dados do governo allendista para confirmar isso. Segundo o Ministério da Agricultura da UP, em seu *Plano Agrícola, campanha de 1972/73*, naqueles anos se realizou uma feroz e generalizada sabotagem dos latifundiários e da burguesia agrária, abandonando e reduzindo a produção, desativando as máquinas e dilapidando os rebanhos de gado sobretudo nas áreas já expropriadas, mas devido aos “brechas legais” não se concretizava a expropriação definitiva das propriedades. O que demonstrou não só até que ponto os capitalistas agrários mantinham o poder de sabotagem material e de veto político, uma vez que continuavam com suas propriedades e que seus interesses comuns superavam as diferenças circunstanciais. A formação de sindicatos patronais, que abarcavam os latifundiários e a burguesia agrária, espelhava essa comunhão política de interesses.

A convivência entre a pequena propriedade camponesa

e as cooperativas (camponesas ou estatais) com a burguesia agrária era uma premissa política da Reforma Agrária da UP. Pressupunha a concretização da aliança entre o proletariado e o campesinato com um setor da burguesia agrária que, supostamente, tinha interesses antagônicos com a oligarquia latifundiária. Essa teoria tinha por conclusão prática a limitação da reforma agrária, impossibilitando sua projeção revolucionária.

Somente assim se compreende que as expropriações revolucionárias, sem indenizações, a criação de propriedades estatais coletivas controladas por organismos da classe operária e a nacionalização de toda a terra constituíam uma etapa separada na “via chilena ao socialismo”. Esta concepção surgia da falsa caracterização de que as relações econômicas e sociais agrárias ainda eram feudais e da existência de uma burguesia nacional cujos interesses a levariam a posições antiimperialistas. Contrapunha-se, assim, à caracterização do Chile como país capitalista atrasado, de economia combinada e semicolonial. Evidentemente, no campo chileno, os interesses entre latifundiários, imperialismo e a burguesia agrária estavam estreitamente inter-relacionados.

Sob o governo da UP, as forças hegemônicas do processo político estavam, de um lado, com o imperialismo e com os monopólios que atuavam por cima das fronteiras nacionais e moldavam a estrutura econômica do país segundo seus interesses estratégicos, aos quais se subordinava a raquítica e servil burguesia nativa. E de outro, com a classe operária, que lutava por extrair de sua própria experiência uma organização de massa que lhe permitiria projetar-se, ainda que instintivamente, para a revolução e ditadura proletárias. Daí que o campesinato somente podia romper com o latifúndio e enfrentar a agroindústria aliando-se à classe operária, transformando sua luta em motor da revolução agrária. A aliança do allendismo com supostas frações progressistas burguesas e o respeito a suas propriedades acabou servindo de apoio material para a contrarrevolução que se preparava.

O Chile era e é um país capitalista atrasado. O imperialismo domina os ramos fundamentais da economia e subordina a produção agrícola a seus interesses estratégicos. O proletariado estava plenamente constituído como classe social e o campesinato estava premido pela penetração da agricultura capitalista mecanizada. As massas criavam uma situação revolucionária com a ação direta e sua auto-organização. Tal era a situação que permitia consolidar uma aliança operária e camponesa sustentada por métodos revolucionários. As condições, os métodos e a tática frentista para consolidarem essa aliança acreditamos que estão sinteticamente desenvolvidos nos textos que integram este folheto. Falta ainda acrescentar que essa aliança tinha naquele momento – e ainda tem hoje – de resolver uma tarefa democrática essencial, que dava seu conteúdo específico à revolução proletária chilena: a luta do povo mapuche pela sua autodeterminação.

O Povo Mapuche, a aliança operária e camponesa e a revolução social

O caráter deste trabalho e o espaço que dispomos não nos permitiu desenvolver o complexo problema Mapuche. Basta por hora traçar os aspectos essenciais para compreender a sua importância estratégica. São sempre notícia no Chile, as ocupações de terra, os enfrentamentos, a repressão e os assassinatos de índios Mapuche, que lutam contra o Estado burguês e os monopólios florestais e agroindustriais. Mas sua luta por recuperar seus territórios ancestrais remonta às origens da Colônia e continuou existindo no Chile semicolonial.

As guerras de libertação nacional e a luta por controlar regiões inteiras, juntamente ao florescente comércio mundial, permitiram à burguesia imperialista e seus serventes nacionais criar um mercado necessário para suas mercadorias. Assim se “delimitaram” e “autonomizaram” os territórios nacionais, desfechando um golpe fulminante contra os povos originários que se viram obrigados a renunciar à sua soberania territorial sob a mira do fuzil,

como foi a chamada “*Pacificação da Araucania*” (Chile) ou a “*Campanha do Deserto*” (Argentina). Verdadeiros planos de extermínio e “assimilação”, que se estenderam por quase duzentos anos que inclui a espoliação sistemática de suas condições de povo: a terra.

A nascente República pretendeu conciliar seus interesses com os Mapuches. Procurou-se, assim, criar uma retaguarda ativa capaz de frear as tentativas restauracionistas. Mas uma vez consolidada, garantiu-se o domínio dos latifundiários sobre o Estado, se retomou a iniciativa de expulsar as comunidades Mapuches de suas terras. Ofensiva que teve por objetivo ampliar a fronteira agrícola e incorporar seus territórios objetivando produzir produtos agropecuários para os mercados mundial e interno. Desse modo, a expulsão e extermínio indígena foi uma consequência da expansão agrária do país capitalista, em razão de sua integração ao mercado mundial e em função dos interesses das classes dominantes nativas.

Segundo Jacques Chonchol, ex-Ministro da Agricultura do governo de Salvador Allende e membro do MAPU, a situação dos Mapuches representava um sério problema. Mas a Reforma Agrária allendista não contemplava medidas políticas concretas para garantir a restituição de terras e seu direito à autodeterminação sobre seu território ancestral. Em seu artigo “*A Unidade Popular e o campo*” (revista Alternativa, n° 20, 2003), diz que em 1970 receberam dos Mapuches um anteprojeto de lei elaborado por eles que estabelecia uma resposta legal a esse problema.

Allende impulsionou o projeto. A oligarquia agrária e a nascente burguesia agroindustrial compreendiam o perigo da radicalização Mapuche e de sua possível ruptura com a UP. Aceitar a lei significava colocar o allendismo em defesa da legalidade e das instituições. O que implicava, por sua vez, potenciar o allendismo como trava à integração de parcelas Mapuches às posições mais radicalizadas, entre elas as do MIR ou dos Cordões Industriais. A aceitação do projeto e sua aprovação final, ainda que com limitações, teve por objetivo bloquear a luta Mapuche pela via da ação

direta e armada.

A restituição de terras mediante expropriações de algumas grandes propriedades não oferecia maiores dificuldades políticas. O maior problema estava quando as terras Mapuches coincidiam com a existência do arrendamento e minifundiários, que trabalhavam nas terras ancestrais do povo Mapuche, apropriadas pelos latifundiários e que lhes eram entregues para que as cultivassem. O arrendamento de porções de terras aos camponeses, por parte dos latifundiários, constituía assim um mecanismo político que permitia entrelaçar os interesses de ambas classes sociais por trás da defesa da propriedade da terra perante aos Mapuches.

O “El Mercurio”, diário da reação direitista, se aproveitou desta situação para denunciar que a reforma acabaria com os camponeses. O que não era outra coisa senão uma tentativa de organizar uma frente agrária comum contra Allende, sob o comando dos latifundiários. A manobra táctica se estendia à tolerância com que os latifundiários e a burguesia agrária contemplavam a reforma allendista. Dessa forma, amarravam o governo nos recursos legalistas, que atuavam como um mecanismo do qual se valiam para por o próprio governo na defesa dos interesses burgueses mais gerais.

O proletariado e sua vanguarda deviam romper esses laços, mas estavam impedidos de fazê-lo por estar intoxicados e atados pela via pacífica e pelas reformas legais. Quebrar essa cadeia de relações somando os Mapuches na luta contra os latifundiários e à nascente burguesia agroindustrial era de vital importância. O que efetivamente se alcançaria acabando com a grande propriedade da terra e fortalecendo um bloco político comum dos oprimidos do campo e os Mapuches, organizando-os em organismos coletivos e dirigindo-os sob um programa de ação comum. Levantando como uma bandeira central o direito à autodeterminação do povo Mapuche.

Contudo, a aplicação da “lei Mapuche” por Allende levou a devolução de mais de 80 mil hectares de terras. E

também a tradicional resistência Mapuche se enclausurará na legalidade burguesa. Segundo Chocol, isso “*tranquilizou o ambiente*”. Mais tarde, encerrado o ciclo reformista e esmagados pela ditadura fascista que impulsionou poderosamente a penetração da agroindústria, os Mapuches viram novamente impulsionada a luta. Mas, desta vez, se chocaram já não com os latifundiários, mas com o próprio imperialismo na forma dos monopólios capitalistas florestais e agroindustriais.

O processo histórico sob o qual se conforma o Estado burguês no Chile continua baseado, em grande parte, na opressão e extermínio físico dos Mapuches. Ressalta também a incapacidade da burguesia, da pequena burguesia nacionalista e, fundamentalmente, do reformismo allendista em resolver o problema Mapuche pela via das leis e das instituições burguesas. O respeito aos povos originários à legalidade burguesa foi uma trava objetiva às suas reivindicações.

A luta do povo Mapuche foi e é uma luta contra a opressão nacional. O que implicava desde então, como ainda hoje, a restituição da totalidade de seus territórios. No entanto, essa luta está condicionada pelas relações sociais de produção dominantes. O pré-capitalismo indígena, em seu particular modo de produzir e reproduzir os meios de existência, não vive isolado do modo de produção capitalista. E ainda mais: hoje essa sobrevivência do passado tem sido subordinada pelas relações sociais baseadas no trabalho assalariado e na propriedade privada.

Assim como a grande propriedade privada submeteu seu domínio a todas as formas de produção pré-existentes, subordinou às cosmovisões originárias e transformou radicalmente suas formas de reproduzir sua existência social. Ao mesmo tempo em que desintegra a base material de sua economia, sua organização política, sua identidade e cultura, o regime capitalista acelera a diferenciação social interna entre os Mapuches. Rompendo seus laços históricos com o comunismo primitivo e transformando uma imensa maioria de seus integrantes em proletários,

semi-proletários ou camponeses. Daí que, durante todo o século XX, os Mapuches confluíram com o campesinato e com os colonos em sua luta pela terra. Sem com isso perder os traços de sua identidade que constituem a coluna vertebral de sua resistência contra o Estado.

Os Mapuches são hoje a etnia indígena mais numerosa, cerca de um milhão pessoas que se reconhecem, em maior ou menor medida, membros desse povo. Mas essa identidade obscurece a acelerada diferenciação social que se desenvolve no seu interior. Desde a Colônia, passando pela República, incluindo o interregno frente-populista, as classes dominantes romperam todos os elos materiais, políticos, culturais e espirituais entre os povos originários e a terra.

No entanto, é fato que os Mapuches exigem ainda hoje o direito de dispor livre e soberanamente de suas terras, segundo suas próprias leis e organizações políticas. O que ocorre é que seu direito já não pode se realizar a não ser como parte integrante da revolução proletária. Porque significa enfrentar os monopólios e quebrar a espinha do Estado burguês, acabando com seu fundamento que é a propriedade privada dos meios de produção. Combate em que se coloca lado a lado do campesinato pobre, os minifundiários, os semi-proletários, os assalariados e a juventude oprimida.

O governo operário e camponês será o instrumento de sua libertação nacional. Somente o Estado Operário asentado na soberania exercida pelas massas, em suas organizações de classe, poderá estabelecer o melhor caminho, os métodos e meios para garantir a autodeterminação do povo Mapuche e a integridade da nação chilena.

Estas são em linhas gerais como se poderá resolver efetivamente a “questão Mapuche”. A particularidade da revolução chilena se resume em que a resolução das tarefas democráticas, entre elas, a questão da terra, é definida fundamentalmente de como se resolve a opressão secular, nacional e de classe exercida pelo Estado burguês sobre o povo Mapuche.

Capítulo I

O movimento camponês e a Unidade Popular (UP)

A Reforma Agrária pela “via pacífica” constituiu a via para a derrota física do campesinato organizado

Até 1970, o movimento camponês organizado do Chile era formado pelas *Confederações Liberdade* (Igreja Católica), *Triunfo Camponês* (Democracia Cristã), *Ranquil* (Partido Comunista, entre outros), *Províncias Agrárias Unidas* (organizações empresariais e de direita) e a *Federação Sargento Candelária* (ligada ao Movimento Camponês Independente). Organizações que tinham suas raízes históricas, políticas e de classe na *União de Camponeses Cristãos* (UCC), a *Associação Nacional de Organizações Camponesas* (ANOC), a *Federação Camponesa e Indígena* (FCI), o *Movimento Camponês Independente* (MCI) e o *Movimento Nacional de Libertação Camponesa* (MONALICA).

Em 1970, surgirá a *Confederação Unidade Operário Camponesa* (UOC) e *Pedro Aguirre Cerda*, ligadas ao Partido Comunista Chileno (PCCH) e ao Partido Socialista (PS). É nestes anos que se produzirá um dos maiores e mais ra-

dicalizados movimentos camponeses da história do país.

Os “signatários de terras” (assalariados que adquiriram um pedaço de terra em consignação – posse temporária – e que depois se transformarão em proprietários) constituirão a espinha dorsal do massivo e radicalizado movimento camponês que se estenderá de 1970 a 1973. Voltando assim ao caminho da histórica rebelião camponesa de Ranquil, de 1934, na região de Lonquimay (sul do país).

Em sua época de ascenso, criaram-se os Conselhos Camponeses, organizações massivas e embriões de sua auto-organização como classe oprimida. Esta radicalização política do movimento camponês se entroncava com um período de agudização da luta de classes. Mas será desviada e contida pela vitória eleitoral da UP (PCCH e PS). A partir do governo do estado, a UP se dedicou a desviar as massas de suas projeções revolucionárias e as subordinou à “via chilena ao socialismo”, quer dizer, à utopia reacionária de que seria possível transformar o capitalismo em socialismo de forma pacífica.

Ainda que a sindicalização camponesa massiva que seguiu o entusiasmo popular pela vitória eleitoral da UP tenha sido, até certo ponto, um meio de educação política do campesinato ao organizá-lo local e nacionalmente, sob uma bandeira reivindicativa comum, constituiu em meio para sua subordinação ao reformismo e à impotência parlamentar pequeno-burguesa.

Afogando-se desde cedo nas formas legais e se submetendo à entrega a conta gotas de terras marginais expropriadas dos latifundiários, os camponeses logo se verão obrigados a retroceder e ceder terreno frente aos latifundiários e aos capitalistas agroindustriais. Espelhando deste modo as contínuas traições da UP frente às pressões e às ameaças das classes dominantes.

A tática das ocupações pela via de ações coletivas de massas, iniciadas pelas bases camponesas antes e durante o governo da UP, foi substituída pela pressão sobre o parlamento dominado pelos parasitas e reacionários. As ocupações de terras continuarão sob o governo da UP, mas

já não poderão refrear a tendência geral do movimento a se institucionalizar pela via de sua subordinação ao governo e à política frente-populista.

No entanto, ambas tendências coexistirão até o golpe militar, demonstrando que a situação revolucionária e a ação coletiva das massas camponesas não haviam sido derrotadas politicamente e entravam em constante choque com as manobras oportunistas de seus chefes, membros ativos da Frente Popular. Tal situação se resolverá com a interrupção violenta e reacionária encarnada na ditadura pinochetista, impondo uma saída contrarrevolucionária à crise política e social.

O caráter legalista e democrático da maioria da direção camponesa se traduziu em uma dependência direta em relação à arbitragem do Estado burguês e do governo da UP sobre os antagonismos de classe. O que posteriormente levou à sua subordinação diante do poder do latifundiário e do capitalista agroindustrial que controlavam o parlamento, bloqueando assim a reforma agrária pela via legal. Mas que também dominavam o exército e os recursos econômicos, permitindo-lhes passar da passividade a um ataque brutal quando a UP se demonstrou incapaz de erradicar a contrarrevolução que se preparava.

A estatização do movimento camponês levou à sua capitulação. Foram abortadas e sufocadas suas mais profundas tendências à radicalização pela via da ocupação de terras e da autodefesa armada frente aos bandos armados dos latifundiários e dos capitalistas agrários. Processo que se complementará com um rápido giro direitista do governo e da reação fascista contra as correntes e tendências mais radicalizadas e politizadas do movimento operário organizado.

A “via pacífica ao socialismo” colidirá com o golpe fascista de 1973. A sanguinária e criminosa ditadura pinochetista varrerá os Comitês Camponeses e esmagará fisicamente o movimento camponês, lhe infringindo uma severa derrota. Será em 1982, com a recém fundada *Comissão Nacional Camponesa*, que o movimento se recomporá mas sem alcançar a força e a projeção das décadas anteriores.

O minifúndio e a pequena propriedade se constituíram historicamente em satélites da grande propriedade latifundiária. O crescente poderio do denominado Complexo Agro Industrial (CAI), baseado na exploração florestal e na produção industrial vitivinícola, principalmente, tornarão ainda mais violentos os choques entre capitalistas e latifundiários com os pequenos camponeses pela posse da terra.

Apesar das derrotas, a luta camponesa não poderá mais ser extirpada da história e da experiência coletiva dos oprimidos do campo. Extirpação impedida também pela permanência da base material do conflito, que tem suas raízes na luta nunca resolvida pela posse e usufruto da terra.

A mecanização operada na grande produção agrícola, a intensificação no uso dos recursos naturais, a integração dos processos produtivos e a concentração de terras separaram violentamente os camponeses de suas terras. A proletarianização resultante desse processo significou, ao mesmo tempo, um rápido crescimento do proletariado agrícola e de sua importância na produção agrária. As condições para a unidade operária e camponesa sob um programa e direção políticos únicos constituem desse modo a base da luta de classes no campo chileno.

A tarefa democrática da revolução agrária, de libertar as massas camponesas do jugo do latifundiário e por em suas mãos os meios de trabalho, só poderá se realizar sob a forma da aliança operária e camponesa, como expressão particular no campo da revolução e ditadura proletárias.

Isto obriga a intervir no seio das massas oprimidas do campo as organizando sob as bandeiras da Frente Única Anti-imperialista e o programa da revolução social, dirigidos pelo proletariado. O que impõe derrotar o estalinismo e o reformismo e construir o partido marxista-leninista-trotskista como vigorosa seção da IV Internacional. O Comitê Construtor do POR é seu embrião. A militância trotskista está obrigada a assimilar criticamente a rica experiência da luta de classes no Chile, para se armar com o programa.

(publicado no Massas 452)

O legalismo burguês e a conciliação de classes levaram as transformações agrárias a um beco sem saída

O interregno revolucionário de fins dos anos 60 até meados de 1973 constitui uma vasta e rica experiência das vias pelas quais a conciliação de classes, a crise de direção revolucionária e a contrarrevolução – interna e externa – se interrelacionaram e complementaram para abortar drasticamente o processo revolucionário chileno. A UP e a contrarrevolução constituíram os dois polos entre os quais se desenvolveu a luta camponesa nos 1970 sob sua forma específica democrático-burguesa.

O programa agrário allendista (20 Pontos para uma Reforma Agrária) se baseou em uma série de demandas e reivindicações nacionais e democráticas, que se “entrelaçavam” por toda uma série de etapas para a construção do socialismo pela via parlamentar e pela legalidade burguesa. Esta “alquimia” etapista pretendia fazer da UP um governo “*democrático e pluralista*”, “*nem socialista nem marxista*”, capaz de libertar a nação da opressão imperialista por meio do “*curso pacífico da luta de classes*”.

Mas a UP encontrou um poderoso obstáculo a suas pretensões reformistas em uma base econômica agrária atrasada. A concentração latifundiária servia à especulação da oligarquia latifundiária voltada a elevar o preço da terra e a sustentar seu monopólio sobre a demanda de produtos agrícolas. A elevação desmedida de seus preços beneficiava os latifundiários que não necessitavam expandir ou capitalizar sua produção para aumentar seus rendimentos. Situação que contrastava com o atraso técnico, a falta de terras e as dívidas que jogavam o campesinato na miséria e no atraso.

O arrendamento e o latifúndio bloqueavam o desenvolvimento econômico no campo. Os peões (assalariados) e os inquilinos (consignatários) recebiam parte de seu pagamento em espécie (comida, alojamento, etc.) ou em “regalias” (casa, animais e terra em troca de seu trabalho). O que redundava em uma capitalização agrícola insuficiente

e em uma produtividade quase nula. O que impedia assentar as bases de um forte mercado interno baseado nos pequenos e médios produtores agrícolas. As crescentes importações de alimentos provenientes da Argentina aprofundaram este quadro. E tornaram ainda mais pobres as já miseráveis condições de vida e trabalho do camponês e os assalariados agrícolas.

Todos os governos denominados “desenvolvimentistas”, anteriores à UP, haviam deixado intactas as bases econômicas que constituíam a fonte do poder da oligarquia latifundiária. A Reforma Agrária allendista – baseada na reforma da Democracia Cristã (DC) – foi desenhada para “converter” o campesinato em “pequenos empresários” capazes de capitalizar e ampliar a contratação do trabalho assalariado. Desse modo, se previa um aumento na produtividade e na oferta de produtos básicos. Ao mesmo tempo, o proletariado agrícola ampliaria a demanda de produtos industriais e fortaleceria o mercado interno. Então os preços baixariam, a inflação cairia e o déficit fiscal também.

Estas transformações agrárias corresponderiam às transformações democráticas e nacionais realizadas inicialmente (estatização do cobre, de grande parte do sistema bancário e algumas indústrias) e que se impunham para modificar drasticamente as relações do país com o capital monopolista, centralizando o manejo dos recursos naturais, as indústrias fundamentais e a receita por exportações em mãos do Estado. A estatização de recursos e ramos chave da economia nacional permitiria centralizar uma grande parte da renda nacional. Dali viria o dinheiro para pagar as indenizações pelas expropriações dos latifundiários. Outra parte se destinaria ao programa de instalação de empresas que industrializassem e comercializassem a produção agrícola do campesinato, a comprar seus excedentes em momentos de crise para evitar sua quebra. A estatização do sistema bancário permitiria concentrar o crédito e financiar os planos técnicos e de infraestrutura para capitalizar o agro. Como se vê, a Reforma constituía um golpe nos interesses do grande capital industrial, fi-

nanceiro e agrário. Empurrava a UP a uma bateria de medidas antiimperialistas e antimonopolistas.

O governo Allende/UP chegou a expropriar – com indenização – apenas um terço do total de áreas com mais de 80 hectares com água (1.300 propriedades dos 3.800 propostos), criou a partir do Estado o “Conselho Nacional Camponês” (com funcionários designados pelo governo e delegados camponeses eleitos por suas bases), alguns créditos a taxas baixas, elaborou planos de investimento técnico e de infraestrutura mas quase nada avançou, etc. Mas estes poucos passos iniciais foram freados bruscamente. E se interpuseram mecanismos jurídicos e administrativos que atrasavam a entrega da terra expropriada, a criação de empresas e cooperativas de comercialização, bem como reprimiam os setores do campesinato mais radicalizados. As oscilações no parlamento, onde as facções direitistas freavam ou tornavam extremadamente lento o avanço dos projetos, trabalharam no mesmo sentido.

Do outro lado, estava a impaciência camponesa e a urgência das transformações agrárias, que levaram as massas rurais a tomar em suas mãos os “20 Pontos” e começaram um movimento de ocupações. O que criou e potenciou o choque entre parte das bases camponesas e um governo aprisionado nos corredores parlamentares. Choque que não conseguiu se transformar em ruptura orgânica e política destas com o frente-populismo. A UP colocou todo o peso do aparato estatal para desviar o movimento e contê-lo nos marcos da democracia burguesa. Bloqueio que se somou à repressão sobre os setores radicalizados do proletariado, os camponeses e os estudantes.

Este impasse refletiu o instável equilíbrio alcançado entre as massas na luta de classes e o bloqueio interposto ao seu desenvolvimento pelo governo e pela reação que dominava o parlamento, as alavancas econômicas e os aparatos repressivos. Conter o processo de ocupação de terras pelos camponeses e controlá-los centralizadamente a partir do Estado foi, em última instância, uma das medidas que favoreceu os grandes proprietários e que fortaleceu rapi-

damente as forças contrarrevolucionárias. A reação trabalhou, paciente e silenciosamente, sobre esta contradição. Sua experiência no manejo do poder lhe havia demonstrado que a crise política aberta só se definiria por uma vitória esmagadora de uma classe sobre as outras.

Sua primeira medida foi colocar em ação uma potencial guerra civil dirigida a destruir a economia (especulação, inflação e fuga de capitais) e a socavar o apoio das camadas médias ao governo. A falta de uma direção revolucionária capaz de unificar os explorados da cidade e o campo sob a forma da aliança operária e camponesa, acrescida da tragédia de um governo apoiado nas massas – mas incapaz de mobilizá-las sob um programa de transformações históricas – e uma burguesia cada vez mais segura de si mesma – mas também da impotência de seu oponente pequeno burguês –, farão saltar pelos ares a democracia que a UP tanto respeitou.

A política frente-populista que pretendia erigir-se como “*representante dos interesses do conjunto das classes sociais*”, e não somente dos interesses do proletariado e o campesinato, socavou as próprias bases em que esta frente se apoiava. O breve governo allendista confrontou no laboratório vivo da luta de classes as teses marxistas acerca do caráter permanente da revolução nos países atrasados contra a política contrarrevolucionária do estalinismo e suas Frentes Populares.

A via frente-populista de um regime de produção agrária que combinasse o latifúndio e a pequena propriedade camponesa, cuja conquista corresponderia ao desenvolvimento gradual de medidas legais dentro do Estado burguês, se mostrou uma utopia inviável e reacionária. As transformações agrárias e a estatização dos recursos econômicos vitais são medidas elementares para cumprir as tarefas democrático-nacionais. Era o proletariado a única classe capaz de superar a impotência nacional-reformista e romper o cerco do legalismo burguês. Sua luta como classe independente, continuando e superando as transformações democráticas iniciadas, poderia levar o Chile a

uma polarização das classes, em que classe operária se elevaria como dirigente das massas oprimidas.

Tomando o poder, a classe operária cumpriria as tarefas democráticas e as combinaria com as socialistas. No entanto, a ausência de um partido marxista-leninista-trotskista enraizado nas massas impediu transformar a luta operária pelas transformações democráticas em revolução socialista. As tendências insurrecionais camponesas não encontraram uma via para sua transformação revolucionária por meio da aliança operária e camponesa. E foram esmagadas, juntamente com o proletariado, pela ditadura genocida do pinochetismo.

(publicado no Massas 453)

As organizações sindicais camponesas sob o governo frente-populista da UP

O período de 1970 a 1973 constitui o maior laboratório social e histórico do experimento etapista e democrático-burguês de aplicar uma ampla Reforma Agrária separada da estratégia e dos métodos da revolução proletária na época do domínio do capital monopolista (a etapa imperialista).

Com a chegada de Salvador Allende ao governo, as organizações sindicais agrárias (de assalariados, camponeses, capitalistas agroindustriais e latifundiários) alcançarão sua máxima expressão política e organizativa. A extensão do peso social e político dos sindicatos agrários correspondia a um aprofundamento da Reforma Agrária pelos governos democrata-cristão e allendista.

Desenvolvimento das organizações sindicais camponesas de 1967 a 1973.

Durante o período 1970-1973, o movimento sindical agrário mais que dobrará seu número de filiados, alcançando assim uma expressão nacional mais homogênea e rompendo o corporativismo regionalista. Várias leis promulgadas pelo governo de Frei (Democracia Cristã, 1965-70) serviram a este propósito e ajudaram a legalizar as orga-

nizações sindicais camponesas e de assalariados agrícolas (Lei 16.625). Os sindicatos (por comuna ou departamento)¹ passarão a formar Federações Provinciais e Confederações Nacionais. Outorgar-se-ão fóruns sindicais e se estabelecerá um mecanismo de financiamento dos sindicatos com aportes de filiados, do Estado e/ou das patronais.

Outro fator internacional terá um peso determinante na abertura reformista dos democratas cristãos. A experiência Cubana demonstrava o peso e a importância do problema camponês como motor de processos revolucionários; mas também do perigo de sua união com o movimento operário.

Até 1965, os pequenos camponeses e minifundiários somavam 350.000 produtores agrícolas. Se os “cooperativistas” e assalariados das produções capitalistas agroindustriais e das fazendas fossem contabilizados, o número e peso social dos explorados e oprimidos do campo indicavam que representavam um sério perigo para a estabilidade de um regime que acentuava os antagonismos de classe.

A burguesia temia um movimento generalizado dos pobres do campo e a aliança operária e camponesa. Com a *Aliança para o Progreso*, o imperialismo sinalizará aos governos do continente a urgência de deter a explosividade dos conflitos agrários e os obrigará a implementar uma “Reforma Agrária” controlada e administrada pela burguesia e pelos latifundiários. Os Estados Unidos pressionarão Frei para que realize uma Reforma Agrária limitada para frear a radicalização camponesa e evitar que desemboque em uma revolução agrária na aliança com o proletariado. A política democrata cristã se dirigirá a implementar os meios para subordinar e cooptar seus líderes sindicais. A regulação legal das atividades sindicais e sua participação nos organismos estatais, encarregados de aplicar as medidas práticas da reforma, irão criando as condições para sua cooptação político-partidária.

As organizações sindicais ligadas à Democracia Cristã crescerão exponencialmente e superarão as outras em tamanho,

¹ Unidades administrativas e territoriais correspondentes a municípios e estados.

privilégios e conquistas para suas bases de 1967 até 1970.

É o que se comprova com *Triunfo Camponês* (CTC), que durante o governo Frei passou de 26.827 filiados a 64.000. O mesmo acontecerá depois sob o governo de Salvador Allende, com a *Confederação Ranquil* e a *Unidade Operário Camponesa* (UOC), as duas maiores organizações ligadas à UP.

Definitivamente, as leis sindicais foram medidas para integrar os movimentos camponeses sob o comando burguês ou pequeno-burguês, abortando suas tendências mais radicalizadas e expropriando suas reivindicações para integrá-las a suas plataformas eleitorais e depois atotá-las no jogo parlamentar, nos buracos da legalidade e nos corredores dos tribunais burgueses.

Divisões organizativas, conflitos interburgueses e antagonismos de classe

Um problema adicional confluirá para sustentar este estado de coisas. A organização da produção nos terrenos já expropriados transformará os sindicatos em associações de produtores, dissolvendo-se, assim, as organizações sindicais uma vez alcançados seus objetivos de propriedade e posse da terra.

Repetia-se a experiência da Rebelião agrária de Ranquil, na região de Lonquimay, de 1934. Os camponeses que se viam beneficiados pela reforma e tinham acesso a terras, transformando-se em proprietários, rapidamente se distanciavam do sindicato e resistiam a apoiar os que ainda lutavam.

Será essa herança a que será retomada e potenciada pela UP. A estatização sindical camponesa e o reforço de suas tendências conservadoras serão superiores à experiência democrata-cristã, pois sua base social era mais ampla e os alcances das medidas da Reforma Agrária de seu governo eram mais profundos.

As confederações Ranquil e UOC serão os apoios fortes do governo. Esta última, uma divisão da CTC, expressava as divisões que se operavam na base partidária da UP. Do outro lado se localizavam *Triunfo Camponês* e *Províncias Agrárias Unidas*

(PAU), e em menor grau a *Confederação Liberdade e Sargento Candelária* (da Igreja Católica). Eram a oposição camponesa ao governo. O PAU era promovido pelas organizações empresariais e lutou contra as expropriações de Allende.

Outras organizações de pequenos e médios proprietários agrícolas se viram arrastadas pela crescente polarização política e de classe. A *Confederação de Pequenos Agricultores* (donos de suas terras) vacilará no começo para depois se somar à oposição. A *Confederação Nacional de Mapuches*, pelo contrário, participou na legislação sobre direitos indígenas do Governo allendista e foi parte das mobilizações camponesas, ainda que tenha se distinguido como nação-classe ao exigir que devolvessem a totalidade de seus territórios ancestrais e que se reconhecesse seu direito à autodeterminação.

No entanto, essas divisões se operavam principalmente nas cúpulas, associadas e ligadas aos partidos políticos do governo ou da oposição burguesa. Pela base, o movimento era bem outro. Golpeadas pela miséria e pela falta de terras, ou enfrentadas com seus chefes – que solucionavam seus próprios problemas ou os de suas facções, enquanto se arrastava indefinidamente a situação de incerteza de suas bases –, não poucas vezes as bases de uma ou outra organização romperão os estreitos marcos sindicais e partidários, somando-se a ações e mobilizações de outras organizações sindicais.

Contudo, o governo encontrará seus melhores pontos de apoio nos *Conselhos Camponeses* (comunais, provinciais e nacionais) que agrupavam diferentes camadas camponesas e suas organizações sindicais. Constituíam o apoio social mais ativo do governo, ainda que não contassem com recursos nem suporte legal.

O desenvolvimento da luta de classes e o posterior giro direitista do governo levarão a uma divisão em seu seio. De um lado, os “conselhos por decreto” (62% do total) nos quais o governo definia sua composição e atribuições (geralmente de “assessoria”), e era formado por dirigentes das organizações existentes e por funcionários do governo em igual proporção. Do outro, os “conselhos pela base” (12%

do total), criados como resultado das mobilizações camponesas e das ocupações de latifúndios, formados por delegados votados pela base, fossem sindicalizados ou não.

Esta divisão refletia um lento, mas sustentado, processo de rupturas internas na UP. A luta de classes impunha aos comitês próximos a suas bases uma viragem à esquerda. Mais acentuada quanto mais o governo e os chefes sindicais nacionais do campesinato, por cima, se direitizavam.

Os conselhos “pelos bases” e os “por decreto” manifestavam a polarização social e sinalizavam as vias pelas quais as camadas camponesas mais radicalizadas começavam a dar os primeiros passos de sua independência política e organizativa frente ao governo frente-populista. Mas por sua composição de classe e seu pertencimento político, estas se verão permeabilizadas entre si e oscilarão periodicamente de um lado ao outro, conformando-se os chamados “conselhos ampliados” (25% do total).

O proletariado agrícola, que ganhava peso social e presença ao ampliar-se e estender-se a grande produção capitalista agroindustrial, não conseguirá adquirir durante todo o governo allendista uma fisionomia de classe própria, e não organizará suas próprias agremiações sindicais para lutar por seus interesses específicos. Em sua grande maioria, os assalariados agrícolas acabarão fazendo parte dos sindicatos camponeses existentes, o que levará a se diluírem como classe frente ao campesinato e à sua subordinação aos pequenos e médios proprietários, à UP e à conciliação de classes.

Resultados e perspectivas das organizações camponesas sob o governo allendista

Até 1973, 4.401 áreas terão sido expropriadas, totalizando 6.401.315 hectares (ha). 438.858 ha irrigados (35,3% do total), 1.132.382 ha de terras aráveis (32, 1% do total) e 4.830.073 ha de terras não aráveis (41,1% do total). 39.869 famílias camponesas se beneficiaram com a Reforma Agrária allendista.

No entanto, as expropriações realizadas, e generosamente pagas, em sua imensa maioria, foram realizadas

porque os terrenos excediam o tamanho estipulado pela reforma, o que deixava de fora as explorações agrícolas ou as propriedades menores 80 hectares. Assim que se concluirá a expropriação conforme o programa do governo da UP. Este plano conseguirá, até certo ponto, frear e fazer retroceder uma tendência de proletarização do campesinato resultante do crescimento da expansão agroindustrial e a expulsão do campesinato de suas terras. Os beneficiados voltarão à sua situação de proprietários e retornarão ao caminho de seu conservadorismo e isolamento territorial.

Ao não tocar na grande parte da propriedade capitalista e latifundiária agrária, expropriando e transformando seus meios de produção em propriedade social, cortando deste modo as bases materiais de seu domínio e ampliando a luta de classes no campo, a Reforma Agrária contribuirá para perfurar a base frente-populista e reforçar uma dupla tendência camponesa frente à ausência de um programa e um partido proletário. A primeira, a progressiva desaparecimento das organizações sindicais camponesas na medida em que se tem acesso à terra. A segunda, a viragem de posições combativas a posições conservadoras, do apoio ao governo, à oposição ou à indiferença frente ao governo.

Punha-se assim em cena o caráter vacilante e dependente do campesinato a respeito das classes polares da sociedade. Quando se proletarizava – ou tendia a se proletarizar –, o campesinato se aproximava da classe operária e compartilhava o mesmo campo de luta contra a grande propriedade privada. Quando solucionava seu problema como proprietário, abandonava seu aliado de véspera e se transformava, ou em base de apoio da oposição ou ficava indiferente a respeito da luta de classes.

Finalmente, durante todo o processo, a UP verá como em seu seio se ampliarão e extremarão as disputas entre suas diversas frações enfrentadas por posições, mais ou menos radicalizadas, sobre a necessidade de aprofundar os ataques à propriedade privada e aos partidos da reação. O que não significava que o governo perdia apoio camponês. O conservadorismo resultante das conquistas reformistas se combi-

nava com a virada direitista do próprio governo. A perda de uma parte de sua base se acentuará nos setores mais radicalizados do proletariado, campesinato e estudantado.

O golpe militar mergulhará em sangue as frações radicalizadas e sumirão no terror as restantes. Mas a ditadura não foi apenas o resultado da perda de apoio e coesão do governo allendista. Foi também o reconhecimento da grande burguesia de sua incapacidade para frear a luta de classes e a revolução que se gestava. A isto se combinarão as divisões partidárias, a regionalização dos conflitos, as situações criadas pelo acesso de um setor do campesinato à propriedade da terra, o isolamento territorial, a polarização resultante da luta proletária na cidade, a viragem direitista do governo e, principalmente, a ausência de uma direção revolucionária, o que levará a uma relação flutuante e contraditória dos camponeses com o allendismo.

Estavam assim criadas partes das bases – objetivas e subjetivas – de uma polarização social e política que será determinante para o posterior desenvolvimento do processo contrarrevolucionário pinochetista.

A UP avançará mais que nenhum outro governo anterior na Reforma Agrária, ainda que a faça, como seus antecessores, respeitando as instituições burguesas e com o método de conciliação de classes. Por essa via se demonstrará impossível consumá-la ao não existir nenhuma possibilidade de superar o atraso e a condição semicolonial sob a opressão imperialista mundial.

A Reforma Agrária só poderia se cumprir transformando-se em revolução agrária, em parte integrante da revolução proletária. O governo allendista, experiência rica em transições sociais e viragens políticas, nos permite contrapor o marxismo-leninismo-trotskismo a todas as tentativas nacionalistas burguesas ou pequeno burguesas de “reformular” o capitalismo e subverter sua estrutura econômica por meio da regulação pacífica dos antagonismos sociais e dos métodos democráticos burgueses.

(publicado no Massas 454)

A burguesia agrária e o governo allendista

Detalhamos anteriormente as complexas, contraditórias e oscilantes relações entre o governo frente-populista e as organizações sindicais camponesas. Não menos contraditórias e vacilantes foram as relações das organizações sindicais patronais com o allendismo.

A Reforma Agrária pretendia modificar as relações entre o campesinato e a tradicional oligarquia latifundiária. Principalmente, se dirigia a beneficiar os chamados “inquilinos” – arrendatários e assalariados – que cultivavam um pedaço de terra nas fazendas nas quais viviam e produziam.

O objetivo era “autonomizar” e “liberar” o arrendatário do trabalho gratuito e da coação econômica impostos por décadas. E assim criar as bases de uma produção agrária capaz de capitalizar-se e ampliar a contratação do trabalho assalariado. O que, segundo o governo, aumentaria a produtividade, a demanda de produtos industrializados estabeleceria novas bases para um forte mercado interno.

No entanto, os assalariados não estavam contemplados pela reforma como classe com interesses diferentes do campesinato. A expropriação e estatização das fazendas e a agroindústria, transformando-as em granjas coletivas ou cooperativas agrícolas, era para o allendismo uma etapa diferenciada do “desenvolvimento do socialismo pela via chilena”. A UP pretendia desenvolver a estrutura agrária camponesa baseada no trabalho assalariado, e consolidar as posições sindicais e laborais do proletariado. Somente no futuro, com um desenvolvimento “superior”, seria a vez das socializações.

Contudo, as condições de vida e de trabalho do proletariado agrícola se elevariam com o aumento dos salários reais, a melhoria de suas condições de trabalho, as garantias jurídicas e as liberdades políticas para sua organização sindical. O que se traduzia em um corte dos rendimentos agrícolas que ficariam nas mãos das patronais. Gestavam-se, assim, as bases para o desenvolvimento da luta de classes no campo.

O proletariado apoiará a reforma enquanto esta introduzir uma mudança em sua relação de forças com os patrões. Mas não participará das ocupações camponesas. A negativa da UP em entrelaçar as reformas com medidas de expropriação revolucionária impediram que se constituíssem as bases materiais para desenvolver a luta de classes no campo e projetá-la na aliança operário-camponesa.

Como se vê, a Reforma Agrária foi uma política realizada de cima para baixo, por meio de um governo surgido do voto popular e por meio dos mecanismos legais e institucionais do estado burguês. Quer dizer, era uma reforma que pretendia realizar uma tarefa típica da burguesia nacional e pela via de suas instituições de classe. Na prática, significará expropriar uma parte dos terrenos e da burguesia agrária. Ao mesmo tempo em que modificará as relações de submissão política e econômica dominantes por décadas, ao ampliar e estender a presença das organizações sindicais dos oprimidos do campo.

Contudo, este retrocesso temporal da burguesia agrária era compensado com a integração de uma parte dela aos planos do governo. Cerca de 40% da grande propriedade agrária será mantida praticamente intacta e será beneficiada pela Reforma. O próprio governo lhes dará oxigênio ao não avançar na expropriação daqueles terrenos dedicados à produção de alimentos de alto valor agregado (frangos, porcos, gado, etc.) essenciais para o consumo. Desse modo, uma importante fração da burguesia agrária se modernizará e integrará – em maior ou menor grau – o sistema estatal de reorganização produtiva agrária (incentivos fiscais, subsídios, provisão de sementes melhoradas geneticamente, etc.) com as fazendas que eram consideradas “modelos de modernização agrícola”.

Esta “absorção” de uma fração empresarial ao governo frente-populista respondia a sua política de “desenvolvimento gradual e pacífico” das etapas históricas prévias e necessárias da revolução socialista. Ou seja, a necessidade de “cumprir” a revolução democrático-burguesa em aliança com a burguesia considerada “progressista” ou “interessa-

da” no desenvolvimento das forças produtivas internas.

No caso das organizações empresariais, o “recuo tático” era compreendido como um meio para se resguardar das expropriações, assumindo uma atitude passiva e tolerante frente ao governo ao qual ainda não estavam em condições de impor um freio. Mas a UP tampouco estava determinada a avançar em ataques mais profundos contra a propriedade privada, nem contra os fundamentos do Estado burguês.

A *Sociedade Nacional de Agricultura* (SNA), a organização *Comércio Agrícola do Sul* (CAS), a *Confederação de Empregadores Agrícolas* (CEA) e a *Confederação de Cooperativas Agrícolas* (CCA) se verão afetadas – ainda que de formas e graus distintos – pelas reformas allendistas. Parte da burguesia tolerará as expropriações já que não afetavam suas propriedades. Por outro lado, a construção de infraestrutura, o fomento pecuário (bovino, suíno, avícola), a política de preços, entre outras medidas, levaram a um forte estímulo para sua extensão e tecnificação.

Desse modo, um dos erros fundamentais da “via chilena ao socialismo” foi deixar uma parte determinante das bases do poder da burguesia agrária intacta. Seus sindicatos foram respeitados demais. E parte dessas propriedades se manteve em mãos de uma fração com fortes laços com redutos do poder oligárquico-burguês dentro do Estado (juízes, chefes militares, burocracia, etc.).

Os sindicatos patronais haviam se fortalecido muito antes, sob o governo de Frei. Era uma medida elementar de resistência frente à tímida reforma democrata-cristã. Ainda que sua debilidade como sindicatos era notória ao representarem tão somente frações diferenciadas por setor e tipo de produção (gado, arroz, trigo, frutas, etc.). Esta debilidade organizativa se reverterá sob o governo frente-populista de Allende ao estreitar seus laços orgânicos e se centralizar seus mandos. Finalmente, os setores patronais passaram a constituir confederações provinciais e nacionais.

Outro fato terá fundamental relevância nesse proces-

so. De todas as organizações patronais, foram as do setor rural as que melhor conseguiram se adaptar às novas condições políticas imperantes. Mas suas relações com o governo se desgastarão aceleradamente.

Com a mudança das relações se produzirá um giro na tática de classe da burguesia. Os sindicatos começam a se despojar da retórica tradicionalista sobre o “direito natural” sobre a propriedade, para passar a desenvolver uma política de defesa da propriedade privada como expressão da “eficiência” frente ao minifúndio e à pequena propriedade camponesa. Ao mesmo tempo, a centralização resultante do processo de resistência ao governo allendista redundará na ampliação de suas bases de apoio em todo o país. Finalmente, contarão com o apoio decisivo dos outros setores empresariais que eram afetados pelas estatizações, pelas crescentes conquistas sociais ou estavam atemorizados pelo fortalecimento das tendências revolucionárias do proletariado. Com suas posições fortalecidas, a passividade cede lugar à confrontação com o governo, iniciando-se uma série de paralisações (lockout’s) patronais que se estenderão de outubro de 1972 até agosto de 1973.

Uma vez que o governo não se apoiava em nenhuma classe e recorria à sustentação de todas, os vaivéns, avanços e retrocessos produziam aproximações e rupturas contínuas em sua base de apoio. A atitude da patronal muda drasticamente quando começa a perceber uma mudança nas relações de forças no interior da UP e uma radicalização dos antagonismos sociais nas cidades. Ali se consolidavam os cordões industriais como o gérmen do poder proletário organizando-se como classe independente frente ao governo. Enquanto no campo começa um reagrupamento das organizações camponesas mais radicalizadas, que pretendem voltar a impulsionar as reformas e aprofundá-las.

A duplicidade frente-populista diante da luta de classes terá consequências fulminantes para seu governo e principalmente para as massas. A manutenção de parte da grande propriedade agrícola e sua tecnificação sob a refor-

ma acentuarão a distribuição desigual do rendimento agrícola e não modificarão radicalmente a relação de forças entre as classes antagônicas. Tampouco conseguiu elevar a produtividade nem fortalecer os camponeses como classe. Dissolver as organizações patronais, expropriar suas propriedades, desarmar suas posições do Estado e submetê-las a um rígido controle político e uma dura repressão política era a única via para esmagar sua resistência e desarmar suas conspirações.

O governo mostrou-se impotente para cumprir as tarefas democráticas e avançar na transição ao socialismo quando renegou os métodos e o programa do proletariado revolucionário. Reformas e revolução não constituíam etapas separadas e diferenciadas, mas sim episódios de um mesmo processo ininterrupto da revolução proletária. Ao preservar as bases do poder burguês, a reação ganhará força com a covardia allendista e contra-atacará posteriormente com a contrarrevolução pinochetista.

(publicado no Massas 455)

Capítulo II

A contrarrevolução pinochetista

A contrarrevolução pinochetista e a liquidação da Reforma Agrária

Encabeçada por Augusto Pinochet, a ditadura fascista encerrará a ferro e fogo o ciclo histórico determinado pela tentativa pequeno-burguesa de transformar as bases econômicas do país pela via da democracia e das instituições burguesas. A revolução democrático-burguesa frente-populista fracassará. Tomará seu lugar a contrarrevolução burguesa contra as massas, suas organizações e suas conquistas.

O período que se estende de setembro de 1973 até 1980 se caracteriza por um refluxo generalizado das organizações camponesas, pelas contrarreformas políticas e econômicas, e a eliminação das travas para a livre penetração do capital imperialista. O que levará a liquidar no campo as bases criadas pela reforma agrária por duas vias diferenciadas, mas dirigidas a um mesmo fim.

De um lado, avançará a devolução das terras expropriadas a seus donos anteriores ou a novos investidores priva-

dos através das “restituições e revogações” realizadas pela CORA (Corporação da Reforma Agrária, organismo estatal criado pelos democratas cristãos para aplicar a reforma agrária), que alcançarão até 70% das terras que haviam sido expropriadas ao longo de 35 anos.

Do outro, a entrega de parcelas e prédios dos “secanos” (terras semiáridas) a setores camponeses minoritários, por meio de uma “seleção” dos “candidatos” a possuir a terra. E cujo objetivo não será outro que restringir o acesso das poucas terras marginais “liberadas” com a contrarreforma.

O número de parcelas será inferior ao número de camponeses sem terra ou expropriados pela ditadura. Impor-se-á um sistema de represálias que excluirá aqueles que participaram das ocupações de prédios sob o governo alendista. Estabelecer-se-á para isso uma lista de beneficiários com “pontuações” (Decreto Lei 208 e 1.600) que “castigará” os que ocuparam prédios ou que foram dirigentes sindicais com menor pontuação; inversamente, técnicos, engenheiros agrônomos ou funcionários públicos serão beneficiados com maior quantidade de pontos. Dito claramente: se facilitará a aquisição de terras por funcionários, burocratas do estado, militares ou camadas da pequena-burguesia enriquecida, seja para colocá-las para produzir explorando trabalho assalariado (com um regime trabalhista militarizado e uma brutal queda do salário real, aumentando assim as margens de lucro) ou para vendê-las, o que redundará em expulsão massiva de camponeses beneficiários da reforma, a desmedida especulação dos preços da terra e conduzirá posteriormente a uma nova concentração de terras e capitais.

Este Plano sistemático de expulsão se combinará com um ataque político-econômico brutal – mais além da repressão feroz contra suas frações mais radicalizadas – contra as organizações camponesas.

A lei de sindicalização (Lei 16.625) e as garantias democráticas ao livre direito de se manifestar e se mobilizar foram anuladas. Foi promulgado o Decreto Lei 198, que

paralisou a atividade sindical. Foram ditados decretos que permitiam criar ou formar quantos sindicatos se quisesse por empresa ou fazenda, com a única obrigação de ter um mínimo de oito associados. As reuniões deviam ser autorizadas e só poderiam ter caráter informativo. Não podiam, sob pena de repressão e cárcere, apresentar demandas coletivas nem muito menos organizar lutas econômicas ou “promover conflitos”.

Os Conselhos Camponeses “por decreto” (integrados ao governo) foram os primeiros a desaparecer. Sua decomposição legalista durante o allendismo já havia rompido seu caráter de instrumento da luta camponesa pela terra, e acelerou sua dissolução. Pelo contrário, foram os conselhos “pela base” (formados por representantes eleitos por assembleias camponesas de base) que haviam organizado e participado das ocupações de terras os que ensaiaram uma resistência morna; mas foram rápida e brutalmente esmagados pelo Estado burguês militarizado.

As Confederações de Assentamentos Camponeses (CAC), que nucleavam os beneficiários da reforma agrária e os reunia sob a forma de cooperativas para a comercialização, se transformarão na Confederação de Agricultores do Setor Reformado (CASR) e terá uma vida política nula.

A Confederação de Pequenos Agricultores do Chile se desintegrou e se fundiu com camponeses médios e grandes capitalistas agroindustriais na Confederação de Produtores Agrícolas (CPA).

A Confederação de Cooperativas Agrícolas desaparecerá e os camponeses que conseguiram capitalizar passarão a se integrar às organizações empresariais; a maioria perderá suas terras ou se proletarizará.

As organizações Mapuches, por sua vez, se retirarão do enfrentamento direto com a ditadura e sobreviverão subterraneamente em nível local ou regional nos chamados “Centros Culturais”.

Ranquil e a Unidade Operária e Camponesa (UOC), bases de apoio e expressão político-organizativa dos partidos políticos integrantes da UP, foram sufocadas política, eco-

nômica e fisicamente.

As organizações ligadas à Democracia Cristã e à Igreja (Triunfo Camponês, Liberdade e a Federação Sargento Candelaria) passaram do apoio à ditadura à oposição a sua política de desapropriações e restauração das antigas propriedades, que golpeavam duramente suas bases.

Por outro lado, as organizações empresariais alcançam sua máxima expressão. A rivalidade entre frações do centro, sul e norte do país havia dado passagem à centralização política frente ao allendismo. Esta logo se transformará em centralização militar e cooptação político-econômica de suas frações ao Plano da ditadura, sob as ordens da grande burguesia imperialista. A privatização das empresas agrícolas estatais e a entrega da totalidade de escolas agrícolas estatais para a administração direta por parte da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), servirão ao mesmo propósito.

O próprio governo fascista criará sua organização sindical, a União Nacional de Organizações Camponesas (UNOC). Seu objetivo era afastar os sindicatos históricos do setor e substituí-los por um instrumento sindical controlado e arregimentado pela ditadura; ao mesmo tempo em que pretendia “integrar” uma parte da base camponesa para dar “legitimidade” a sua política agrária.

O pinochetismo recuperava a experiência histórica de outras ditaduras pró-imperialistas do subcontinente de criar sindicatos e centrais como apêndices diretos do poder, com o objetivo de impor os convênios coletivos que seriam os únicos reconhecidos pelo governo e avançar na estatização dos restos do derrotado movimento operário e camponês. Ou seja, criar pontos de apoio entre as diferentes classes e suas diversas frações para sua melhor arregimentação e controle político.

Finalmente, a repressão fascista se combinará com uma bateria de leis destinadas a criar as condições para a transição da ditadura para a democracia burguesa. Sem que isso resulte, que fique claro, em grandes mudanças nas bases econômicas estruturais já impostas pela ditadura.

A ditadura fascista pinochetista e a democracia parlamentar “negociada” que lhe seguiu, estabelecem entre si uma clara continuidade histórica. A permanência da estrutura legal criada pela ditadura fascista (lei antiterrorista, lei de educação, leis de anistia para os genocidas, leis de sindicalização por empresa, etc.) sob a democracia burguesa vigente no Chile, demonstra essa relação indissolúvel. E mantém o estado de exceção política contra os explorados e a subordinação física dos oprimidos por meio da violência reacionária institucionalizada.

Ainda que a repressão fascista tenha jogado um papel determinante na desapareição ou sufocamento das organizações sindicais camponesas, antes, foi a política de colaboração de classes e o legalismo burguês que as desarmou para enfrentar um virada tão brutal da situação política. Virada que, ademais, já se prenunciava em seu caráter nas virulentas paralisações agrárias patronais de 1972 e 1973.

A concepção da “evolução gradual e pacífica” do capitalismo rumo ao socialismo pela via do desenvolvimento “pacífico da luta de classes” e uma “lenta acumulação de forças” apoiada na conciliação de classes, demonstrará seu caráter reacionário e criminoso quando a própria burguesia colocará frente ao allendismo, com sua atitude e ofensiva, a alternativa: ou revolução proletária para esmagar a reação, ou ditadura contrarrevolucionária para esmagar a revolução.

O allendismo abandonará a frente de batalha fazendo tudo a seu alcance para preservar a agonizante democracia burguesa. Será incapaz sequer de cumprir com seu próprio programa da revolução por etapas. Aferrar-se-á teimosa e criminosamente ao “programa mínimo” (as reformas e a democracia política) e renegará do “programa máximo” (a revolução socialista) quando este alcançava sua máxima vigência e era imposto concretamente pelo desenvolvimento dos acontecimentos históricos.

Publicado em Massas N° 457, ano 2013

O impasse frentepopulista estava destinado a dar lugar à revolução proletária ou à contrarrevolução fascista

O allendismo estava a caminho de se esgotar como governo democrático-burguês de contenção das massas quando sobreveio o golpe fascista de Augusto Pinochet. A burguesia o havia tolerado na medida em que freava o desenvolvimento das tendências revolucionárias do proletariado e da pequena burguesia e mantinha uma grande parte de seu poder e propriedades. O que não significava que esta “convivência forçada” estivesse isenta de choques violentos. Sua remoção pela burguesia se fez necessária quando as contradições, que adquiriam cada vez mais um papel decisivo na situação política, ameaçavam romper o instável equilíbrio entre as classes polares da sociedade.

O primeiro fator era a crescente atividade política e combativa de importantes camadas do proletariado e da pequena-burguesia no país e no continente. Os governos nacional-reformistas ou “desenvolvimentistas” estavam gastando suas últimas forças e recursos para conter as massas. Em todo o centro e sul do continente, com maior ou menor grau de radicalização política e em diferentes ritmos, se levantava uma poderosa onda revolucionária que ameaçava a estabilidade do regime burguês semicolonial. Crises políticas e econômicas rapidamente desembocavam em crises revolucionárias.

No Chile, milhares de ativistas e delegados operários, estudantes, a pequena burguesia urbana e os camponeses se politizavam e se radicalizavam aceleradamente. O proletariado ganhava força social, as greves gerais se expandiam contra os governos e as patronais nacionais e imperialistas. Uma vigorosa tendência classista se expandia no movimento operário. Diversas correntes de esquerda viam crescer suas fileiras e uma vanguarda se destacava na luta de classes, rompendo, cada vez mais, com seus laços burocráticos e suas tradições de conciliação de classes.

Estavam criando-se as condições do desenvolvimento da classe operária como classe independente. Os cordões

industriais no Chile avançavam na criação de organismos unitários de base, futuros embriões de seu poder como classe revolucionária. Convém assinalar que na Argentina também ocorria um processo semelhante com as coordenadoras interfabris.

Durante quase três anos de governo frentepopulista no Chile, uma camada significativa do proletariado havia desenvolvido uma representação democrática de delegados de fábricas e oficinas em cada zona e região, organizando o trabalho econômico, social e as atividades políticas em conjunto com os moradores, camponeses, estudantes, etc. E tendiam a centralizar-se nacionalmente, na perspectiva de superar a CUT (Central Única dos Trabalhadores) estatizada e constituir o germe do poder operário.

Estes organizavam centenas de fábricas, especialmente as pequenas e médias, muitas delas já em mãos dos trabalhadores que haviam “imposto” a nacionalização ou a faziam diretamente intervindo em sua direção e produção. Os problemas de produção, abastecimento de matérias-primas, autodefesa e mobilizações eram discutidos entre os delegados com mandato e se executavam pelo próprio organismo fabril ou pelos cordões. Muitos deles avançaram na coordenação com a população para medidas de defesa pública contra a reação, pelo abastecimento zonal, funcionamento dos serviços básicos (transporte, eletricidade, etc.), entre outras medidas econômicas e políticas.

Durante o locaute patronal de 1972, chamaram a “constituir o controle operário sobre as indústrias privadas pequenas e médias” e à constituição de Comitês de Vigilância Operária em todas as indústrias para evitar os boicotes empresariais; mas também para melhorar a produtividade e controlar a produção.

Estes eram os grandes traços do processo de constituição dos germes de um duplo poder operário no Chile. A crise revolucionária ganhava corpo e se projetava, ainda que em certa medida instintivamente, para a revolução e ditadura proletárias. Este processo foi abortado pelo golpe. No entanto, o maior bloqueio a esta tendência se manifes-

tou na ausência de uma direção revolucionária, o partido marxista-leninista-trotskista. Esse foi o fator fundamental que impossibilitou ao proletariado romper a conciliação de classes imposta pela frente popular e pela ofensiva da reação burguesa e se lançar à insurreição para a tomada do poder.

Os cordões eram o laboratório social onde a classe operária se educava para substituir a burguesia nos comandos da produção. E onde se criavam os meios político-administrativos do futuro Estado Operário. E, também, onde se gestava a oposição revolucionária ao governo de Allende, já voltado para a direita. Isso pode se observar ao analisar o documento assinado pelas representações operárias dos cordões em todo o país, 24 de julho de 1973, no plenário para a constituição da *Coordenadora de Cordões Industriais nacional*, na província de Santiago. Milhares de delegados operários se definiam por “*constituir organismos de defesa (...) para o controle territorial e político por parte da classe*”, que deveria lutar “*contra o sectarismo e o burocratismo*”, que nos cordões devia “*instaurar-se a democracia proletária*” e, finalmente, que os cordões deviam preparar “*a classe para a tomada do poder*” e “*combater a resistência da burguesia*”.

A esta diferenciação do proletariado como classe independente, se somará a radicalização do campesinato e uma parcela da pequena burguesia urbana. A formação de Conselhos Camponeses, a tomada de terras pela via das ocupações, o enfrentamento com os latifundiários e governo, a passagem de uma parcela de sua vanguarda para posições mais radicalizadas, a formação de correntes internas no Partido Socialista chileno que caminhavam para a esquerda, entre outros fatores político-sociais, expressavam a polarização de classe que se definia e que ameaçava a romper os diques de contenção parlamentares e legalistas, desembocando abertamente na luta de classes.

O segundo fator foi a crise capitalista mundial que tomou conta da segunda metade da década de 70, na qual pesavam os laços de interdependência entre a economia

e a política chilena com o imperialismo. Este pressionava poderosamente as semicolônias a aumentarem as condições de saque sobre seus recursos, matérias-primas e mercados. Sob o império destas leis econômicas e políticas, o allendismo se convertia em um “anacronismo” ao não agir revolucionariamente de acordo com o novo período, marcado por uma feroz ofensiva reacionária do imperialismo contra as massas e suas conquistas. A UP não somente não podia encarnar a crescente atividade independente e combativa das massas que se projetavam instintivamente contra a grande propriedade privada, como as combatia em defesa da democracia burguesa e dos interesses gerais da classe capitalista.

No Chile, refletindo essas tendências e adotando suas formas específicas nacionais, se impunha para o imperialismo uma mudança urgente do governo frentepopulista. No entanto, sua remoção não poderia ocorrer por caminhos democrático-eleitorais. Diante da crise dos partidos da burguesia e da mobilização das massas que vinha crescendo desde os anos 60, essa via estava superada. Uma classe operária forte e capaz de romper o equilíbrio de forças herdado do allendismo constituía um grave perigo. Diante disso, a democracia tornou-se um caminho imprevisível e duvidoso para a oligarquia chilena. Não estava assegurada por essa via sua vitória e a retomada do poder. Sob essa combinação de fatores, sobreveio o golpe militar.

Assim ficou exposta a direta interdependência do processo revolucionário e contrarrevolucionário com as leis mais gerais do desenvolvimento capitalista em sua época de desintegração mundial. A vigência de uma democracia ampla, plebiscitária e de amplo apoio popular, com medidas progressivas – e consensuais – reformas sociais ou econômicas, de necessidade de uma etapa passou a ser um obstáculo para as novas condições criadas pela crise estrutural capitalista de 1970.

A ditadura fascista que militarizou o Estado e as relações entre as classes sucedeu o allendismo quando

se produziu uma virada definitiva nas relações políticas mundiais e internas. E quando se impunha ajustar as condições de exploração da semicolônia e sua força de trabalho assalariada aos novos padrões de acumulação e reprodução ampliada do capital monopolista imperialista. A ditadura pinochetista veio assim a “estabilizar” o regime político semicolonial, o que exigiu derrotar fisicamente a crescente atividade das massas nas cidades e no campo. E passar para uma ofensiva de contrarreformas econômicas e sociais que criassem, a longo prazo, as bases jurídico-políticas para a acumulação capitalista baseado no saque das riquezas minerais, na usura e na remessa de lucros.

É notório como, quando já se realizavam os preparativos contrarrevolucionários e estava aberta a conspiração reacionária contra o governo da Unidade Popular (UP), Allende mais se agarrará desesperada e reacionariamente aos preceitos do Estado burguês. E mais se voltará para a direita na busca de conformar blocos ou alianças para conter os complôs do poder econômico do país e do imperialismo. A burguesia chilena e o imperialismo haviam colocado em marcha o golpe sangrento e o governo da UP continuava agarrado a uma democracia inexistente.

A tese de que seria possível frear o golpe com uma abertura para “a direita” nas alianças de governo foi o ensaio de uma vã esperança de socavar a base social da reação. Mas o allendismo socavava suas próprias bases populares, debilitando-se diante da reação e perdendo sua confiança no poder de conter as massas. A “manobra” estalinista de ampliar pela direita as alianças do governo teve um caráter suicida e criminosa. Era apoiando-se nos explorados que poderia fortalecer-se para desbaratar a reação, o que implicaria a revolução.

O problema de fundo estava em que a reação mantinha em suas mãos os cargos econômicos chaves, o controle de reservas importantes do poder estatal (juizes, deputados, senadores, burocracia estatal, etc.), os comandos policiais e militares, assim como relações diretas com o imperialismo norte-americano que apoiava e financiava o complô.

Este era o Estado de direito real. O allendismo não podia derrotar a reação nesse campo. A frente popular se mostrou congenitamente incapaz de tomar o poder da burguesia. Acabou servindo à burguesia em seu objetivo de esmagar o movimento revolucionário, que desde os anos 60 avançava contra o capitalismo.

(publicado no Massas 459)

Com a bota da ditadura sobre o pescoço, o campesinato retrocederá violentamente

Durante o período de 1973-1990, se produz um refluxo massivo do movimento camponês. Trata-se de toda uma etapa histórica marcada pelo enfraquecimento de suas organizações e uma brutal política de contrarreformas tendentes a reverter o modelo agrário aplicado ao longo de mais de 35 anos.

A estrutura político-organizativa camponesa reformista foi brutalmente desarticulada. Um setor foi sufocado pela repressão, outros foram submetidos à arregimentação autoritária do Estado. No melhor dos casos, se livraram da ação dissolvente das medidas econômicas promulgadas pela ditadura. Ou foram expulsos de suas terras e condenados a sobreviver miseravelmente sob as pressões dos mecanismos de mercado controlados pelos monopólios.

Esta política contrarrevolucionária de destruição das conquistas e das organizações do campesinato, somada à penetração de capitais e investimentos estrangeiros no campo, levou a uma enorme regressão das estruturas agrárias criadas sob os governos democrático-burgueses reformistas.

Já entre 1973 e 1976, se verifica um retrocesso no número de filiados nas organizações sindicais agrárias, de 225.607 a 188.099. O número total de filiados diminuiu, ainda que de forma reduzida se se leva em conta a perseguição e a violência policial da ditadura. Ao analisar estes dados em detalhe, no entanto, vemos que enquanto as organizações de médios e grandes camponeses, assim como de latifundiários e capitalistas agrários cresceram

(*Liberdade* passou de 44.260 a 50.679; *Províncias Agrárias Unidas* de 2.181 a 2.453; estes últimos, donos de fazendas – médias e grandes – ou agroindústrias que contratam certo volume de mão-de-obra assalariada), as organizações de pequenos camponeses e assalariados ligadas à política agrária allendista e integrantes de suas bases de apoio retrocederam em termos absolutos (*Ranquil* passou de 96.254 filiados a 66.117; *Unidade Operário-Camponesa* de 14.199 a 4.553). Demonstrando assim uma mudança aguda na relação de forças entre as classes do campo. E a serviço de que classe e de quais interesses esteve a ditadura militar pinochetista.

Em 1978, o bloco sindical que representava o campesinato pobre e os assalariados agrícolas, que haviam sobrevivido penosamente sob a ditadura, foi posto na ilegalidade. O que levou a sua liquidação organizativa. No mesmo sentido, atuaram o “Plano Trabalhista” pinochetista impulsionado com o Decreto Lei 2.756 (que revogou a Lei 16.625 de sindicalização camponesa), que atomizava e fragmentava os sindicatos, ao mesmo tempo em que negava sua representatividade nas negociações coletivas.

No entanto, as organizações ligadas à Reforma allendista não desaparecerão por completo. Subsistirão sob a forma de organizações econômicas dedicadas a sustentar as condições de produção e comercialização do setor, impedidas de representar os interesses políticos de seus filiados. A vanguarda e os setores que haviam resistido à ditadura ou que haviam atuado como dirigentes políticos durante o período allendista foram perseguidos e expulsos dos sindicatos e das terras que possuíam. O pinochetismo pretendia assim dizimar os quadros que haviam se destacado na luta de classes ou que integravam os partidos reformistas, debilitando sua capacidade de reação e organização frente às violentas transformações agrárias iniciadas pela ditadura. Seus quadros engrossarão as listas de mais de 5.000 desaparecidos/assassinados pela ditadura genocida.

A ditadura criará, ao mesmo tempo, os mecanismos institucionais e as condições políticas para desencadear uma contraofensiva ainda maior. Tinha espaço para liquidar a reforma agrária e a maior parte de suas conquistas. Dos dez milhões de hectares desapropriados, 4,5 milhões voltarão às mãos de seus antigos donos. Logo lhes seguirão outros 2,8 milhões de hectares. E, finalmente, outros 3,3 milhões (33% do total de terras desapropriadas) das organizações sindicais camponesas dissolvidas.

Imediatamente, iniciar-se-á uma nova distribuição que favorecerá a reconcentração de terras, pois o campesinato se via obrigado a abandonar ou a vender sua terra. Mas também beneficiará toda uma camada de políticos, profissionais, burocratas (civis e militares) e testas-de-ferro ligados ao pinochetismo. Ao que se somará a exclusão do campesinato realizada pelos mecanismos econômicos de mercado e medidas institucionais que facilitarão uma nova reconcentração de terras e o avanço dos monopólios.

Até 1982, o crescimento da produção agroexportadora e florestal – enquanto a produção para o mercado interno retrocedeu em termos absolutos – se deveu à ação do Estado que maximizou as condições lucrativas da burguesia agrária ao desvalorizar a moeda, o que rebaixou os custos internos, depreciou o valor da força de trabalho e agigantou os lucros realizados internamente. Finalmente, em 1984, concluirá a “redistribuição” de 37.472 parcelas. O grosso foi “redistribuído” entre 1975-1976. Depois se somarão 7.890 parcelas como resultado das 202 cooperativas que foram dissolvidas.

Um dos setores chave da agroindústria, fortemente impulsionado em função de sua inserção na divisão do trabalho imposta pelos Estados Unidos – e que terá posteriormente um papel econômico de destaque na transição democrática e nos conflitos futuros –, será o das plantações florestais. Estas serão subsidiadas pelo Estado a fim de obter sua rápida modernização e capitalização. O

montante do subsídio estatal alcançaria 75% do total dos investimentos realizados em 1974. O outro lado deste processo se encontrará nos chamados “*cultivos tradicionais ou básicos*” (alimentos de origem agrícola) e pecuária bovina, brutalmente relegados pela política ditatorial. Mais precisamente: foram abandonados ao livre jogo das leis do mercado que derrubou severamente sua demanda interna pela queda abrupta dos salários, crescimento do desemprego e concorrência de produtos importados mais baratos e subsidiados pelo Estado imperialista. Impulsionando a quebra generalizada do campesinato, mas também de certas frações capitalistas.

O maior conflito que afrontou o pinochetismo nesse período, dessa forma, não será o com o campesinato, mas sim o com a burguesia agrária da Região Sul, produtora de trigo e leite. Os especialistas econômicos que atuavam no seio da ditadura aplicando as medidas ditadas a partir dos Estados Unidos, os “Chicago Boys”, convocarão estes setores a “*comer as vacas*” se não podem ou não sabem se deslocar para setores mais lucrativos. O notório do caso é que este setor havia sido o mais ferrenho opositor ao governo allendista e a mais firme base de apoio do golpe que o derrubou.

Esta política será retificada posteriormente. Assim, o setor capitalista agrícola prejudicado se recomporá de sua queda graças a elevados subsídios, planos de apoio técnico e financeiro, preços de referência, etc. Mas principalmente graças às garantias que a ditadura criou para a superexploração operária pelo esmagamento político-organizativo do proletariado, a implementação da flexibilização trabalhista, a perda de direitos, a dissolução dos sindicatos, a desvalorização, etc.

Retificada assim a política que provocou choques da ditadura com frações burguesas que entravam em contradição com a política econômica, o pinochetismo criará estímulos fiscais e linhas de crédito – com garantias públicas – para a modernização e tecnificação das explorações capitalistas agrícolas. Ao mesmo tempo, implementará

barreiras fiscais e estabelecimento de preços (preços mínimos e máximos) para alimentos produzidos no Chile pelo setor capitalista e que competiam com produtos similares importados. Depois, criará um fundo destinado a comprar os excedentes.

Finalmente, implementará os planos de assistência técnica ao setor capitalista agroindustrial que ajudarão a encerrar a etapa marcada pelos choques com a burguesia. Soldando assim os apoios internos da ditadura que, sem perder seu caráter de serviçal do imperialismo, atenuará e administrará os conflitos resultantes dos choques de interesses entre as classes dominantes nativas e imperialistas.

A coroação desse processo econômico, político e histórico será a imposição de uma virada nas relações entre as classes no seio do Estado. A composição social dos organismos e instituições encarregados de fixar a política agrária mudou violentamente. A burguesia retomou as alavancas das políticas agrárias. E desmantelou a estrutura institucional que permitiu ao campesinato pobre expressar-se no Estado e incidir sobre as medidas econômicas aplicadas ao setor. Espelhando desse modo a brutal mudança imposta pela ditadura em suas relações político-econômicas.

Mais bárbaro resulta o quadro quando se observa como a ditadura fascista levou a economia camponesa a reduzir-se drasticamente. Criando ao mesmo tempo as condições para sua rápida proletarização. Para isto, propiciará a relação de trabalho temporário (especialmente com mulheres e jovens), que desenvolvem suas atividades em um ambiente de extrema instabilidade, salários miseráveis, condições quase servis de trabalho, carecem de cobertura social e previdenciária, assim como lhes é proibida a negociação coletiva e a participação ativa em sindicatos.

Assim, a expulsão do campesinato e sua proletarização não surgirão como diferenciação econômica e social das classes agrárias em um desenvolvimento histórico onde a

propriedade camponesa perde progressivamente terreno frente à produtividade e a tecnificação da produção em grande escala. Pelo contrário, o pinochetismo foi o veículo de sua realização pela via da militarização da sociedade e do terrorismo de Estado. As travas à capitalização do campesinato médio e pobre, as tendências à concentração monopolista da economia agrícola, a dependência do acesso ao crédito, a transferência de renda que se operam por mecanismos de mercado (fixação oligopólica de preços de referência, da demanda e da comercialização, etc.) reforçam essa tendência.

A contrarrevolução fascista de Pinochet teve por objetivo modificar drasticamente as relações entre as classes em função de uma política de integração do país na órbita imperialista, ditada principalmente pelos Estados Unidos. O que implicou a liquidação das bases (sociais, econômicas e políticas) que deram sustentação social e material ao governo frente-populista.

Definitivamente, a ditadura serviu à criação do mercado de oferta de mão-de-obra para a agroindústria; acelerou a diferenciação interna que levava o setor enriquecido a se transformar em capitalista e o outro em economia de subsistência. E acentuou a proletarianização camponesa pela via da violência fascista e da militarização das relações sociais. Nessa tendência atuarão, além disso, fatores individuais (recursos, estrutura produtiva, produtividade média, etc.) e externos (peso político, acesso ao financiamento e à comercialização, capacidade de se diversificar e tecnificar, etc.).

Servindo à política imperialista de fortalecimento da agroindústria, o pinochetismo reforçará a interdependência entre as classes dominantes internas e externas. Mas ao se tratar de um processo submetido a variáveis extra econômicas, o campesinato tende a se reproduzir e não desaparecer.

Até fins da ditadura, a subsistência do campesinato sinalizará que esta classe, fortemente atacada e dizimada, ainda faz parte da estrutura de classes do país. O que im-

plica definir tanto o peso econômico e social que este ainda preserva nas relações capitalistas do país, assim como seu lugar na aliança revolucionária dos explorados e oprimidos que é necessário por em pé para realizar a revolução e ditadura proletárias. Este será o objeto de nossos próximos artigos.

(publicado no Massas 460)

Capítulo III

Da ditadura fascista à democracia compactuada

Consolidação da contrarreforma agrária

Finalizada a contrarrevolução pinochetista e negociadas as bases que restringirão e arregimentarão a transição democrática – criando para tal fim as bases jurídico-políticas do bipartidarismo que se alternaria no governo do Estado burguês – no campo se acentuará a tendência à concentração dos oprimidos em dois setores bem diferenciados: operários agrícolas e minifundiários. O campesinato, que produz e vende para o mercado interno, “tenderá” a se dissolver em direção a um ou a outro.

A “transição” levará à vitória eleitoral da Concertação. Patricio Alwin primeiro, e Eduardo Frei (filho) depois, se comprometem a aplicar um conjunto de medidas públicas que pretendiam frear e retroceder a dissolução do campesinato. Mas sendo a Concertação uma expressão política da arregimentação democrático-parlamentar imposta

pela ditadura, estando ademais “obrigada” a sustentar as bases político-econômicas consolidadas por esta, já desde seu nascimento sustentará e ampliará as contrarreformas pinochetistas.

A chamada “continuidade com mudança”, baseada na “transformação produtiva com equidade”, se caracterizará por manter a estabilidade e o equilíbrio da política macroeconômica ditatorial. Quer dizer, por sustentar as garantias jurídicas e o “clima de negócios” (medidas políticas e acordos comerciais) que favorecem a penetração do investimento estrangeiro na estrutura agrícola e do capitalismo monopolista na exploração agroindustrial. Ampliando assim o domínio imperialista sobre o uso e posse do solo, os recursos naturais, os produtos e as matérias primas agrícolas do país.

Essa política de “continuidade macroeconômica” priorizará a agricultura de exportação, principalmente a florestal, por cima do abastecimento de produtos e matérias primas agrícolas para o mercado interno. Ao mesmo tempo em que sustenta o controle e as restrições à atividade sindical, especialmente dos trabalhadores agrícolas e florestais “temporários”. Condição política essencial para a acentuação de uma “estrutura de custos” favorável à maximização da renda agrária, o lucro industrial e o lucro comercial estabelecidos ao redor do lucrativo e rentável negócio agroindustrial.

O que se observa é que a exposição da produção agroindustrial chilena aos vaivéns do mercado mundial acentuará a competição com outros países que produzem mais e mais barato. Os que têm “vantagens comparativas” mais favoráveis (disponibilidade de terras, expansão da fronteira agrícola que amplia a quantidade de terras produtivas, técnicas modernas, políticas fiscais frouxas, mão de obra especializada, etc.). O que conduzirá à contínua reavaliação do peso chileno, a um barateamento das importações agrícolas e a fazer as “agroexportações” “menos rentáveis”. Isto sucede ao constituir-se o Mercosul como seu competidor regional. Pressões que os governos burgueses chilenos

tentarão atenuar com a integração do país ao Tratado de Livre Comércio (ALCA).

Estas pressões, no entanto, ajudaram na estabilização política interna, já que o barateamento dos alimentos importados manteve baixos os preços dos insumos e alimentos nas cidades. A modificação violenta das bases agrárias havia criado, ao mesmo tempo, as condições da estabilidade política do regime democrático burguês herdado do pinochetismo. O eleitorado urbano tem um peso definitivo nas eleições. O que obriga a sustentar essa situação e a se negar a estabelecer barreiras protecionistas aos produtos importados. Contradição que se tenta atenuar, por sua vez, acentuando as condições de depreciação da força de trabalho agrícola.

O barateamento dos alimentos reaviva continuamente os conflitos entre os governos burgueses e setores ou frações capitalistas que são produtores de alimentos e vêem diminuídos seus lucros. O pior, porém, é o resultado desta política sobre os camponeses pobres e os minifundiários, continuamente empurrados à miséria ou à expulsão de suas terras. Se, em 1960, 68% da população nacional vivia no campo, na atualidade, 86,7% da população vive nas cidades (ainda que parte daquela população urbana mantenha como fonte de renda sua inserção na produção agrícola e agroindustrial, isto é, são assalariados agrícolas). Esta realidade levará os governos da Concertação a procurar instrumentos políticos, fiscais e econômicos para “recuperar” e “modernizar” a maior parte da agricultura camponesa. Tentar-se-á, desse modo, garantir sua sobrevivência e impedir, na medida do possível, as consequências de sua pauperização e decomposição social.

É assim que nos anos 1990 se aprofundarão as ajudas sociais à agricultura familiar. Este plano propõe garantir o acesso ao crédito para a reconversão de cultivos tradicionais em novos produtos de alta rentabilidade (como vinhedos). E incrementar a assistência técnica, investimento e financiamento destinados a favorecer a

comercialização de seus produtos e serviços. O Estado teria, assim, um papel central na “reconversão” do setor e na sua “readaptação produtiva”. Tratava-se, em princípio, de um esforço dirigido a transformar a estrutura agrícola “tradicional” dedicada à produção de cereais, pastos e pecuária, em outra, orientada às frutas e produtos florestais para exportação.

Definitivamente, o Estado pretenderá ser o mediador da economia agrícola liberada à ação dos mecanismos do “livre mercado” com medidas públicas que pretendem criar condições para a sobrevivência econômica, portanto social, do campesinato arruinado e dizimado. Mas pouco se fará neste sentido e as medidas aplicadas serão escassas, focalizadas e acidentais. É necessário assinalar que a “competitividade internacional” agroindustrial chilena subordinou a seus interesses e leis a política de “equidade social”. Daí que resulta paradoxal e mais trágico ainda o grau de continuidade histórica entre a ditadura e a democracia burguesa que lhe seguiu. Ou, dito de outra maneira: a ruptura de amplos setores de esquerda, principalmente o PCCH, com a possibilidade de transformar o país e reformar as bases econômicas e políticas do capitalismo pela via democrático-burguesa. Já é um fato concreto que o frente-populismo, que deu origem ao allendismo, hoje se degenerou na base da esquerda democrática da política da Coalizão que deu o triunfo a Michelle Bachelett.

O PCCH sequer reivindica, hoje, a experiência histórica da “via chilena ao socialismo”. Nem defende a reforma agrária que resultou desse processo. Menos ainda sustenta uma luta conseqüente por uma democratização das estruturas estatais e parlamentares herdadas do pinochetismo. À derrota histórica da “via pacífica ao socialismo” seguiu a integração do PCCH ao capitalismo monopolista “à chilena”, que funde o país na dependência do mercado mundial. Tornou-se a quinta coluna de sustentação do regime burguês, em sua oposição parlamentar de esquerda. Expressando, com suas particula-

ridades nacionais, a integração do estalinismo mundial como quinta coluna da contrarrevolução mundial que aprofunda e agiganta a restauração capitalista na China e em Cuba.

Em resumo: os governos democrático-burgueses de transição negociada entre ditadura e democracia burguesa mantiveram e agudizaram as bases socioeconômicas impostas pelas contrarreformas agrárias do pinochetismo. Segundo o 7º Censo Agrário e Florestal, do ano 2007, a burguesia agrária chilena concentra por meio de suas organizações empresarias setoriais 14.930.000 hectares repartidos entre a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), a Corporação da Madeira (CORMA) e FEDEFRUTA (frutícolas). Concentração de propriedades e terras que contempla os grandes terrenos agrícolas, a propriedade das águas para a irrigação, as agroindústrias, das terras com aptidão florestal, etc., a sua maioria esmagadora em mãos de monopólios nacionais e transnacionais.

A reconcentração de terras sob os governos da Concertação reavivou a tendência à expulsão e proletarização do campesinato. E, dos que ainda subsistem, uma crescente parcela o faz em minifúndios, mas também da venda de sua força de trabalho por temporada.

As elevadas taxas de crescimento sustentadas neste novo padrão de reprodução e acumulação de capital e apropriação da mais valia operária na produção agroindustrial, indicada como “modelo” a ser seguido pelo imperialismo para toda América Latina, permitiram uma redução dos índices históricos de pobreza ao aumentar os subsídios e os planos sociais que atenuaram suas consequências sociais. No entanto, acentuaram também a assimetria na distribuição da renda nacional entre as diversas classes. Dito claramente: será a tendência à concentração das riquezas em poucas mãos e o crescimento da miséria para as grandes maiorias a lei econômica fundamental do capitalismo que se imporá sobre as medidas assistencialistas e distributivas da renda

nacional.

Finalmente, é necessário assinalar que a proletarianização camponesa não acompanhará os ritmos de sua degradação econômica e miséria social. Tendência atenuada e freada pela alta produtividade da agroindústria por sua constante tecnificação e mecanização. Dito claramente: é incapaz de absorver o campesinato despojado de suas terras na proporção e ritmo em que este perde suas condições de existência como classe. Desse modo, sob a ação desagregadora das tendências econômicas e leis fundamentais da economia capitalista, o campesinato “tende a desaparecer” sem por isso poder responder com novos meios para reproduzir suas condições de vida ou de trabalho.

As medidas implementadas pelo Estado burguês não puderam reverter as tendências fundamentais da economia capitalista. Só serviram para atenuar os conflitos resultantes da progressiva decomposição camponesa. Esmagado, fragmentado e desorganizado sindicalmente pela decisiva ação da ditadura fascista, o campesinato será assim incapaz de opor uma resistência efetiva a sua decadência econômica e a sua pauperização social.

A ausência de uma direção revolucionária, capaz de retomar suas tradições e organizá-lo ao redor de um pleito reivindicativo unificado e combater os governos sob um plano de luta nacional, impondo seus interesses com a ação coletiva de massas, atuará como um poderoso bloqueio para seu fortalecimento como classe oprimida frente aos processos de sua desintegração econômica e social.

(publicado no *Massas* 462)

Mudanças na estrutura agrícola e na posse da terra, entre 1990-2000

Nos anos 70, os produtos agrícolas constituíam 2% das exportações do país. Em meados dos anos 90, eram 28%. Se a área dedicada aos “produtos tradicionais” (trigo, milho, beterraba, gado, etc.) entre 1968 e 1972 era de

1.263.000 hectares, em 1982-88 era de apenas 887.000 hectares (-31%).

Entre 1973-80, a produção de alimentos chegou ao seu nível mais baixo. Queda parcialmente revertida em 1980 com medidas protecionistas, que, sem dúvida, reforçaram os capitalistas agrários que conseguiram capitalizar com o acesso privilegiado os planos técnicos e financeiros da ditadura e, em seguida, da Concertação.

Durante o período de 1986-1996, a agricultura cresceu a uma taxa anual de 5,9% e as exportações agrícolas (incluindo as florestais), de 17%. Em 1995, as exportações florestais constituíam a metade das exportações agrícolas e as frutíferas representavam um terço. Enquanto a produção agrícola para o consumo interno e de gado decresceu. Ocorria, assim, uma mudança violenta no uso da terra, impulsionada pela queda dos preços, que caíram, entre 1987 e 1993, em 25% para o trigo, 18% para o milho e 29% para a beterraba.

A área cultivada total se reduziu em 18,5% durante 1986-1996, fundamentalmente, pela violenta retração dos cultivos tradicionais (agricultura e pecuária), que caíram 34,7%. Pelo contrário, a área de vinhedos e frutas cresceu 20%. Se, nos anos 70, a área cultivada de trigo era de 740.000 hectares, em 1993, passou para 362.000 hectares. A quantidade de terras utilizadas intensivamente (bosques, vinhedos, horticultura, flores, etc.) ocupou, em meados de 1990, a quarta parte da terra em uso no País. Enquanto os cultivos tradicionais (trigo, milho, beterraba, etc.) se reduziram 15,6%, ocupando 11% do total de terras utilizadas. À redução da área de pastos naturais (24,8%) se contrapôs a introdução de pastos tratados (58,8%) e artificiais (28,6%). O que permitiu uma recuperação da indústria pecuária, acompanhada por um conjunto de políticas fiscais e econômicas.

As modificações em extensão e uso da terra sofrem uma brutal contrapartida, ocorre uma queda no trabalho e na propriedade camponesa da terra, o que modifica sua par-

tipificação na vida econômica do país.

Entre 1990-2000, quando o Chile possuía uma população de aproximadamente 5,5 milhões de habitantes, as explorações agrícolas camponesas rondavam 230.000 unidades. Se se estima que cada unidade está composta por quatro pessoas (dois adultos e dois menores de idade), nas quais trabalham pelo menos dois adultos, o número de camponeses economicamente ativos se aproximava de 400.000 pessoas. Isso representa cerca de 9% do total da população economicamente ativa.

Das unidades produtivas, 100.000 tinham escala de produção suficiente para reproduzir os meios sobrevivência e, ao mesmo tempo, criar algum tipo de excedente ou capitalizar-se (trata-se de camponeses médios). Enquanto 130.000 são minifundiários e geram uma renda agrícola extremamente baixa, sua produtividade média de trabalho é ínfima e recorrem a outras atividades não agrícolas (pesca artesanal, coleta de frutos exóticos, trabalho assalariado temporário, etc.) para completar sua renda de subsistência. Segundo um estudo do Banco Mundial, na década referida, cerca de 150.000 unidades camponesas obtinham um excedente sobre sua produção que constituía 30% de sua renda total, 40% provinha da venda de sua força de trabalho e a maior parte estava constituída por subsídios e transferências (auxílios) do Estado.

Outro dado significativo é o de que os maiores rendimentos agrários, em todos os setores e tipos de produtos agrícolas, se obtiveram pelo aumento da produtividade média do trabalho assalariado. Isto é, acentuando a superexploração do proletariado agrícola, com a aplicação de modernas técnicas e novos processos de produção. Inclusive dentro dos “produtos agrícolas tradicionais” é notória a diferença dos rendimentos médios entre as propriedades capitalistas e as propriedades baseadas no trabalho familiar ou com aplicação de força de trabalho por temporada. Assim, entre 1986-1987, os rendimentos do trigo nas

grandes propriedades foram de 18,6% e 27% mais altos que nas camponesas.

No interior do campesinato pobre, no entanto, se realizará uma progressiva mudança nos cultivos, respondendo à pressões econômicas (queda da rentabilidade e endividamento para manter os cultivos tradicionais) e aos benefícios provenientes das políticas públicas (acesso ao crédito barato, ajuda técnica, etc.). No entanto, a imensa maioria desistirá diante da necessidade de garantir a subsistência mais imediata e da impossibilidade de atingir tamanho e volume, de forma a se capitalizar em escala exigida pelo mercado, ou para concorrer com a agroindústria.

A rápida expansão das indústrias florestais e da agroindústria, quando o total de terras dedicadas ao cultivo de alimentos e produtos agrícolas para o mercado interno se reduziu em termos absolutos, demonstrou que a concentração de terras ocorreu sob o crescimento dos minifúndios e da perda das terras por uma parcela do campesinato.

O setor agrícola capitalista possuía, em fins de 1990, 61% da terra, fornecia 74% da produção agrícola e empregava 64% da força de trabalho agrícola. Deste proletariado agrícola, três quartos eram temporários.

O campesinato pobre e médio manterá nos anos 80 um peso considerável: detinha uma propriedade de 39% da terra em uso, contribuía com 26% da produção agrícola e empregava 36% da mão-de-obra agrícola. E dentro desse grupo, entre 1986-1987, os camponeses pobres possuíam 21,5% do total das terras produtivas com árvores frutíferas. Já em 1993-94, possuíam tão somente 15,2%.

Essas violentas mudanças impulsionaram, além disso, uma diferenciação e desequilíbrio nacional no que se refere ao uso da terra e da renda agrícola criada, acentuando as desigualdades entre as regiões agrícolas do País. As regiões exportadoras, concentradas no centro e norte do País, viram crescer sua rentabilidade. Pelo contrário,

nas regiões definidas como VII e X, produtoras de cultivos tradicionais, sofreram um retrocesso econômico. Nessas duas últimas regiões, se concentrarão 69% dos pobres do campo.

Os dados estatísticos⁽¹⁾ expostos indicam que a brutal mudança agrícola da ditadura criou as condições de um novo padrão de reprodução ampliada do capital com base na agroindústria inserida no mercado mundial controlado pelo imperialismo. Esta política favorável aos capitalistas da agroindústria não se modificará com a redemocratização, mas se manterá e acentuará.

As bruscas modificações realizadas no uso e posse da terra sob o governo democrático-burguês estabeleceram um elo de continuidade histórica com a contrarreforma agrária imposta pela ditadura pinochetista. A preservação das estruturas econômicas e políticas herdadas acentuaram os mecanismos de pauperização econômica e social, como vimos nos capítulos anteriores⁽²⁾.

O fato do pequeno-camponês constituir, em fins da década citada, cerca de 6% da força de trabalho economicamente ativa, possuindo 15% das terras produtivas e contribuindo com um percentual similar na produção agrícola, colocava o problema camponês como um fator de primeira grandeza na vida econômica e política do país. Contudo, a luta pela terra não se circunscreverá tão somente ao problema dos camponeses pobres. Cada vez mais são os camponeses médios que tendem a se decompor para o minifúndio ou para a proletarianização. Os ritmos e graus de sua degradação têm, certamente, seu peso nas políticas estatais que procuravam frear essa tendência.

Sob os primeiros governos democrático-burgueses, o problema da terra no Chile terá uma projeção que ultra-

(1) Dados extraídos de “A questão Agrária e o Campesinato no Chile Hoje”. Debate Agrário nº27. Originalmente publicado em “Bulletin of Latin American Research”, vol. 16, em janeiro de 1997, de autoria de Cristóbal Key;

(2) Ver artigos publicados no Jornal Massas

passa o peso numérico, econômico e social do campesinato, o que se evidencia nos conflitos territoriais entre a grande burguesia agrária e as nacionalidades índias, a exemplo dos Mapuches. Dessa forma, a luta do campesinato fundirá com a luta pela autodeterminação nacional do povo Mapuche e, principalmente, com a luta do proletariado agrícola contra a propriedade privada dos meios de produção.

A luta da maioria oprimida por constituir um Governo Operário e Camponês corresponde à particular estrutura econômica e social do país. E adquire uma particular fisio-nomia nacional ao ligar-se à luta pela autodeterminação e a plena soberania dos Mapuches e outras nacionalidades índias sobre suas terras ancestrais.

O campesinato continua a existir apesar de quatro décadas de violentas contrarreformas

Em 2012, segundo estatísticas oficiais, 277 mil famílias constituem a agricultura familiar camponesa. O número total de ocupados na agricultura é de 800.000: 10,3% do emprego total do país. 30% desses trabalhadores agrícolas se concentram nas regiões VI e VII.

O campesinato abarca 34,6% da força de trabalho aplicado nas atividades agrárias, abastece 40% da demanda interna de alimentos e representa entre 25% a 30% das terras agrícolas em uso e contribui com 30% da produção do setor.

Segundo o Censo Agrário de 2006/07, de 301.269 propriedades agrícolas recenciadas num total de 36.439.533,18 hectares, 278.660 são exploradas e abarcam 29.781.690 hectares.

As unidades com menos de 1 hectare são 34.699 (17.924,5 hectares), 84.975 as de um a cinco (209.799 hectares) e 46.139 as de 5 a 10 (325.199,71 hectares). Por outro lado, as explorações de 10 a 20 hectares contabilizam 42.611 explorações (595.899,48 hectares), e de 20 a 50 são 36.965 (1.145.153 hectares). No extremo opo-

to, se encontram 5.677 unidades entre 200 a 500 hectares (1.736.508,65 hectares), de 500 a 1000 são 2.056 (1.414.034,8 hectares) e de 1000 até 2000 outras 1.048 explorações (1.440.757,5 hectares). Finalmente, as maiores de dois mil hectares atingem 1.430 unidades (20.742.944,4 hectares).

As 165.813 explorações compreendidas entre as de menos de um hectare e até dez hectares no máximo possuem um total de 552.922,5 hectares: 1,85% do total das terras e representam 59,5% do total das explorações agrícolas. De outro lado, 10.211 unidades agrícolas concentram 25.334.245,35 hectares: 85% das terras produtivas e representam 4% das unidades.

Em relação ao caráter da propriedade “declarada”, o censo assinala que 242.198 são proprietários individuais com 11.088.963,17 hectares. Outras 16.639 são heranças ou Sociedades de Fato, sem contrato com 1.778.851,5 hectares. 10.131 são os chamadas “comunais” com usufruto individual da terra e 133.151 hectares. Cerca de 340 são propriedades públicas com 5.548.150 hectares. As sociedades Anônimas contabilizam 10.073 (7.752.878,7 hectares). As denominadas comunidades agrícolas são 192 (1.429.090,75 hectares) e outras 244 propriedades correspondem a comunidades indígenas, com 679.406,35 hectares.

No entanto, o Censo não detalha a participação de proprietários individuais sobre outras unidades e terras, seja por meio de testa-de-ferro ou sociedades anônimas, seja mediante arrendamento de terras para a produção de temporada. Pelo que se supõe, em base a processos mais amplos e que se estendem por toda a América Latina, a concentração de terras e de capitais é ainda maior.

Se levamos em conta a população economicamente ativa (PEA) chilena no ano de 2011, que contabiliza cerca de 8.182.386 pessoas, das 277 mil famílias (pelo menos duas pessoas da família trabalham nas tarefas agrícolas) pode se supor que cerca de 554 mil pessoas dedicam-se à produção agrícola familiar, o que representa 6,7% da PEA do

país, na atualidade.

Anteriormente, assinalávamos que entre 1990-2000, a PEA era de 5,5 milhões, as unidades camponesas estimavam em 230.000 unidades e a agricultura ocupava 13,2% da mão-de-obra do país. Trabalhavam na terra pelo menos duas pessoas do núcleo familiar, o número de camponeses economicamente ativos era de, aproximadamente, 400 mil pessoas: cerca de 9% da PEA. Indicamos, também, que o campesinato possuía 39% da terra, contribuía com 26% da produção agrícola. E dentro deste grupo, os camponeses pobres possuíam 15,2% das terras.

Comparando as estatísticas de ambas as décadas, é possível estabelecer três conclusões. 1) que o número de explorações camponesas cresceu em 47 mil unidades, um aumento de 20,4%. 2) se quatro pessoas integram o núcleo familiar e pelo menos duas trabalham na terra, 114 mil trabalhadores agrícolas camponeses foram acrescidos, corresponde a 28,5%. 3) o campesinato decresceu em 2,3% dentro da PEA e se reduziu em 3% a força de trabalho aplicada na produção agropecuária.

Ao crescer o número de camponeses, enquanto cresce a quantidade de hectares de suas explorações agrícolas, fica claro que o crescimento relativo do número de camponeses se produz às custas de sua transformação em pequenos camponeses (pobres) e minifundiários. Voltados, principalmente, à produção para a subsistência ou para o mercado interno em condições muito desfavoráveis.

De outro lado, esse crescimento se explica também pela ação do Estado que, entre 2000-2010, levou adiante um plano de apoio aos pequenos agricultores por meio do INDAP (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agropecuário) para fomentar o capital humano, financeiro e produtivo do campesinato pobre e minifundiário. Em outras palavras: para retardar as consequências sociais de sua decomposição.

Mas uma grande parte do campesinato continua produ-

zindo com técnicas rudimentares, equipamentos antigos e uma baixíssima produtividade. A recomposição produtiva das demais parcelas não consegue, no entanto, alcançar o nível de intensidade da agroindústria. Isso porque os mecanismos do mercado tendem a desfazer essas mínimas vantagens iniciais. O retorno à economia de subsistência e à venda ocasional de excedentes volta então a ganhar força e se estender.

Os dados demonstram, além disso, que a participação camponesa na demanda interna de alimentos se manteve estável. O que indica, a grosso modo, que devem produzir um volume maior de produtos em menor quantidade de hectares. Isso se alcança, em parte, pela aplicação de novas técnicas de produção incorporadas graças à ação estatal por meio de fundos para reestruturação produtiva. Mas também pela aplicação intensiva da força de trabalho familiar com a auto exploração.

Em resumo. O campesinato cresceu quantitativamente. No entanto, possui menos terras, diminuiu seu peso entre os trabalhadores economicamente ativos e também na produção agrícola global. Isso significa que o campesinato pobre e minifundiário veio a engrossar suas fileiras enquanto parte do campesinato médio se pauperizou. Conformando-se, assim, os dois polos de um mesmo processo econômico e político de mais de quatro décadas, ligados entre si pela continuidade histórica da penetração das relações capitalistas no campo, impulsionada pelas contrarreformas agrária, primeiro sob a ditadura e depois sob os governos democrático-burgueses.

Enfim, os dados e as estatísticas demonstram que o campesinato no Chile mantém sua importância. No entanto, continua firme o processo que o leva a se pauperizar e a se decompor. A sua tendência mais geral é se transformar em minifundiário ou proletário, apesar das políticas públicas destinadas a frear e administrar sua degradação econômica e social. E, fundamentalmente, a mecanização agroindustrial que impede absorver como

assalariado o campesinato despojado de seus meios de existência.

A esta lei econômica fundamental do capitalismo monopolista nos países semicoloniais, corresponde uma estruturação das classes agrárias do país, que combina as formas econômicas mais atrasadas e ineficientes do campesinato com as mais modernas técnicas agroindústrias dos monopólios. O campesinato, empurrado para a produção de subsistência e para os minifúndios, entretanto, tende a reproduzir-se e não desaparecer, ainda que se pauperize violentamente.

No campo chileno, tanto o proletariado agrícola como o campesinato pobre são espoliados e oprimidos pela grande burguesia agrária. Isto é, se unem em um mesmo campo de luta contra a grande propriedade privada capitalista.

O proletariado urbano e agrícola tem pela frente a tarefa de trazer para a luta de classes os camponeses oprimidos. Sob a estratégia do governo operário e camponês (ditadura do proletariado) e com o programa da revolução agrária, é possível estabelecer uma aliança revolucionária com os pobres do campo. O enorme peso do proletariado agrícola e da agricultura tecnificada facilita a tarefa de expropriação dos latifúndios e sua transformação em produção coletiva. O interesse do campesinato pela terra que se manifesta no sentido da reforma agrária não será contrariado, mas ajustado ao objetivo socialista da revolução agrária. Faz parte do programa de expropriação da burguesia agrária, a defesa do direito a autodeterminação das nacionalidades indígenas. Os camponeses somente poderão sair da miséria e da opressão sob a revolução proletária, que solucionará todas as tarefas democráticas pendentes no Chile semicolonial.



Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org -- [facebook.com|massas.por](https://facebook.com/massas.por) -- [anchor.fm|por-massas](https://anchor.fm/por-massas)
